

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ICMBio



PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA



BOLETIM

NUMERO

28



O Conservacionismo em Ação: o Parque Nacional de Itatiaia e a Administração de Wanderbilt Duarte de Barros (1943-1957)

Júlia Lima Gorges Brandão

Novembro/2017

EDITORIAL

O tabuleiro do jogo da vida.

Minhas convicções profissionais são tão antigas quanto à arte de pesquisar, por isso deposito na Historiadora Júlia Lima Gorges Brandão, autora deste Boletim de Pesquisa do PNI nº 28 “O CONSERVACIONISMO EM AÇÃO: O PARQUE NACIONAL DO ITATATIAIA E A ADMINISTRAÇÃO DE WANDERBILT DUARTE DE BARROS (1943-1957)” e na sua ilimitada capacidade de informar, a nós leitores, o reencontro da história do nosso imortal Chefe do Itatiaia Wanderbilt Duarte de Barros (1916-1997).

Sim, este Boletim nº 28 que é pinçado da sua dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/FioCruz- “CONSERVACIONISMO, Ciência e Turismo: A Experiência do Parque Nacional do Itatiaia (1943-1957)”, nos proporciona uma viagem ao passado, no período de 1943 a 1957, nos 14 anos que o Engenheiro Agrônomo Wanderbilt gerenciou esta Unidade de Conservação e se tornou o mais longo, competente e influente gestor de UC do país.

Tive a oportunidade de conhecer Duarte de Barros, no final dos anos 80, quando exerci um cargo no IBAMA/RJ e ele era o Presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Anos depois, em 14 de fevereiro de 2000, cheguei ao PNI (o primeiro do país-14/JUNHO/1937) e caiu em minhas mãos o “Boletim de Pesquisa do PNI”, criado e editado por Wanderbilt em 1949, ano do meu nascimento.

Apesar de trabalhar 30 anos no Setor Pesqueiro vi uma preciosidade, pois lá estavam as publicações dos cientistas Zikán, Barth, Brade, Olivério Pinto, Dolsan e daí me nomeei editor deste Boletim que estava sem publicação desde 1999 e tinha sucumbido no Nº 9, ao ressuscitá-lo no ano 2002, o de Nº10, chegamos em 2017, ao Nº28 que é uma homenagem merecida da pesquisadora Júlia ao nosso querido Wanderbilt, nos 80 anos deste PARNA.

A Historiadora Gorges Brandão apoiada em vasta bibliografia de livros, artigos, notas de rodapé, documentos e reportagens da época pela imprensa, nos traz Wanderbilt desde seu nascimento em 1916, Óbitos/Pará, e sua caminhada da região amazônica até o Patronato Agrícola Campos Sales, na cidade de Passo Quatro/MG, onde permaneceu

até se graduar Engenheiro Agrônomo e Topógrafo na Escola de Agricultura e Pecuária de Passo Quatro, no ano de 1937, que foi o ano de criação do PNI.

Júlia informa que em setembro de 1942, Duarte de Barros assumiu por um período breve o PARNASO e no ano de 1943 se torna efetivamente o primeiro Chefe do PNI e poderia dizer pelos relatos que esta foi sua razão de ser, jogando sua sensibilidade, competência técnica e política nos 14 anos que moldou o que seria o futuro das Unidades de Conservação no Brasil.

A jovem pesquisadora Júlia Lima Gorges Brandão que é graduada em História pela UERJ e Mestra pela Casa de Oswaldo Cruz/FioCruz , nos mostra através de Wanderbilt que o país somos nós que produzimos e lutamos dia a dia para dar sustentabilidade a nossa natureza com sua flora e fauna e unir o passado com o presente e, assim, projetar o futuro dos brasileiros.

Enfim, Júlia e Wanderbilt, que seja assim: o tabuleiro já foi armado, e a biografia e biografado já podem se entrelaçar neste fascinante e duro jogo da vida.

EM,03/NOVEMBRO/2017.

LÉO NASCIMENTO.

MÉDICO VETERINÁRIO-ANALISTA AMBIENTAL-PNI/ICMBio.

EDITOR DO BOLETIM DE PESQUISA E COORDENADOR DE PESQUISA DO PNI.

EX-CHEFE DO PNI-
14/FEVEREIRO DE 2000 A
01/ABRIL/2004.

“Este é o Parque Nacional do Itatiaia, que como monumento da natureza constitui centro de cultura para todas as gerações. Sua importância como instituto de conservação transpôs, pelos trabalhos de grandes naturalistas, os limites da pátria. Admirando a região pela pujança da natureza, todos os que a conhecem entusiasmam-se com os cenários, e proclamam-na rara!”

(Wanderbilt Duarte de Barros)

SUMÁRIO

Introdução	1
1- Itatiaia antes do parque	5
2- Uma comissão para o parque	8
3- Um administrador para Itatiaia: Wanderbilt Duarte de Barros.....	9
4- A formação material do PNI	23
5- Os moradores do parque	28
6- O campo para a pesquisa científica	41
Considerações Finais	54
Fontes Documentais.....	56
Bibliografia.....	57

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de minha dissertação de mestrado e possui o objetivo de analisar os primeiros anos de funcionamento do primeiro parque nacional do país, o Parque Nacional de Itatiaia (PNI), criado em 1937. O recorte proposto compreende os anos de 1943 a 1957. Este período, que corresponde aos anos da administração do engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros (1916-1997), foi escolhido por corresponder aos anos iniciais de efetivo funcionamento do PNI enquanto uma instituição consolidada e com padrão de atividades e funcionamento definidos. Neste trabalho demonstraremos brevemente as transformações ocorridas na região de Itatiaia até que ela esta se transformasse no primeiro parque nacional brasileiro. Quais aspectos foram importantes para a escolha daquela região para ser implementado o primeiro parque nacional brasileiro? Após a sua criação quais foram os principais objetivos a serem desempenhados por esta instituição? Que instituições e atores estiveram diretamente ligados à criação e ao funcionamento do PNI? Estas perguntas serão o foco do estudo e nortearão o trabalho a ser apresentado aqui.

Destacamos a ação intermediária de Wanderbilt Duarte de Barros que buscou administrar o parque atendendo a distintos interesses que já eram ou passaram a ser reivindicados por diversos outros setores e instituições, públicas e particulares do período. Duarte de Barros é considerado um dos “pioneiros” do conservacionismo brasileiro e foi um dos fundadores e presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). Também trabalhou em instituições como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBDF) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Ao longo de sua carreira desenvolveu inúmeros estudos que tratavam de variados assuntos relacionados à natureza, como: proteção à fauna e flora, erosão, agricultura, conservação dos recursos naturais, dentre outros. Um dos primeiros trabalhos de Duarte de Barros relacionados ao conservacionismo, refere-se ao período em que esteve à frente do Parque Nacional de Itatiaia. Pretende-se também analisar a incorporação do conservacionismo, relacionado aos estudos científicos, como uma das metas e objetivos da administração de Duarte de Barros no Parque Nacional de Itatiaia. Serão abordados as formas pelas quais Duarte de Barros buscou implementar e conciliar tais metas, através de: obras de infraestrutura, como casas e abrigos para excursionistas e pesquisadores; incentivo a pesquisas sobre

espécies vegetais e animais encontradas no parque, através de convites feitos a cientistas brasileiros e estrangeiros. Com esse propósito, destaca-se a criação dos Boletins do Parque Nacional de Itatiaia, em 1949, os quais eram destinados para publicar os trabalhos feitos sobre o PNI.

1- ITATIAIA ANTES DO PARQUE

A denominação de Itatiaia tem origem de vocábulos de língua tupi: Ita = pedra e tiãã = ponta, dente, deram origem à denominação ITATIAIA, que seria uma alusão às formas pontiagudas da Serra da Mantiqueira. Essa denominação teria sido atribuída pelos nativos puris que habitaram a região há séculos atrás. Estes nativos teriam sido os primeiros moradores do Vale do Paraíba.¹

Em relação à localização, a região está situada no extremo sudoeste do Estado do Rio de Janeiro. A porção de terra que veio a formar o Parque Nacional de Itatiaia também está localizada em terras mineiras, tratando-se então de um parque “bi-estadual”.² O PNI abrange os municípios de Itatiaia³ (RJ), Alagoas (MG), Bocaína de Minas (MG) e Itamonte (MG), com cerca de 300 km² de encostas, montanhas, campos de altitude e picos da Serra da Mantiqueira. A região é diversa, apresentando diferentes variações de altitude, temperatura, flora e fauna. Dos picos mais altos de Itatiaia até o fundo do Vale as diferenças de altitude chegam a ultrapassar 2.000m. A altitude mais baixa do PNI é de 831m acima do nível do mar. A mais alta é de 2.787m, que corresponde ao pico das Agulhas Negras, o ponto culminante do Estado do Rio de Janeiro e o sétimo mais alto do Brasil.

Os primeiros habitantes da região, como já mencionei, teriam sido os nativos *Puri*, que teriam vivido na região por alguns séculos antes de 1500. Estes teriam ocupado a parte baixa do Vale do Paraíba. Após a ocupação destes nativos, bandeirantes paulistas e europeus teriam se estabelecido na região ainda na primeira metade do século XVIII. Estes teriam ocupado as margens dos rios Ajuruoca e na margem direita do Paraíba, em Campo Alegre, dando origem às cidades de Resende e Airuoca⁴. A exploração da região teria se iniciado em fins do século XVI com buscas de riquezas como o ouro, buscas estas frustradas. Apesar disso, foi estabelecida na região, onde hoje é a cidade de Resende, uma trilha, por onde passavam tropas de burros e repousavam os

¹ CORREA, Marcos Sá. *Itatiaia- O caminho das pedras*. São Paulo: Metalivros, 2003.

² DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói: EDUFF, 1997.

³ No momento de criação do PNI, Itatiaia pertencia ao município de Resende, emancipando-se somente no ano de 1988.

⁴ SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

bandeirantes e portugueses. Os nativos Puri dispersaram-se a partir da presença dos primeiros colonizadores.⁵

Malograda a mineração em toda a colônia e com a ascensão da cultura do café, a região de Resende consolidou-se como pioneira no cultivo de café na região do Vale do Paraíba, a partir de 1775. Já em meados do século XIX, esta região cafeeira chegou à exaustão, seja pelo desgaste do solo, seja pela escassez de mão de obra escrava. Ao mesmo passo, a região conhecida como Oeste Paulista tomava a ponta da produção cafeeira brasileira. No século XIX teria ocorrido também a criação extensiva de cavalos e gado em fazendas da região pertencentes ao Visconde de Mauá. Houve ainda, por parte do Visconde, a tentativa de produção de carvão vegetal na região da Serra da Mantiqueira. Após o declínio das fazendas de gado, iniciou-se na região um processo de colonização com imigrantes, por volta de 1890. Neste período o herdeiro do Visconde de Mauá fundou dois núcleos coloniais em suas terras, utilizando-se de mão de obra austríaca e italiana.⁶

Ainda no século XIX, agentes do poder público estimulavam os colonos a desmatar a região, entre as altitudes de 700 e 1200 m, atingindo áreas que ainda não haviam sido exploradas. Esta iniciativa governamental teria ampliado os efeitos negativos na ecologia local aumentando ainda mais os estragos que já haviam sido causados pelo latifúndio e herança da escravidão.⁷ Este projeto de colonização teve sucesso apenas em seu primeiro ano, fracassando, sobretudo, por falta de estradas. No início do século XX ocorreu uma nova tentativa de colonização, tendo o governo comprado, em 1908, as terras pertencentes à família do Visconde e instaurado dois novos núcleos: o Itatiaia e o Visconde de Mauá.⁸ As terras adquiridas foram divididas em lotes que foram postos à venda aos colonos. Foi realizada neste local a criação de atividades agrícolas e construída a estrada de ferro voltada para o Vale do Paraíba. Atividades predatórias, incluindo a devastação das matas para a agricultura e uso da madeira na construção da via férrea, tornaram-se frequentes. Além disso, existiria a caça

⁵DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói: *op. cit.*, 1997.

⁶SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas-Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

⁷ DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói: *Op. Cit.*, 1997.

⁸ SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. *Op. Cit.*, 1993.

predatória livre e foi descrita a ocorrência de incêndios frequentes em diversas áreas da região.⁹

Em 1914, após estudos da região por cientistas, Itatiaia foi anexada ao Jardim Botânico, sendo assim incorporados ao seu patrimônio 11.943 hectares de terras, que não foram vendidos a colonos. Em 1915 teriam sido iniciados trabalhos em prol da implementação de uma Reserva Florestal. Em 1922 já haviam sido instaladas dependências visando à realização de estudos de biologia vegetal, como aclimação e silvicultura. No ano de 1925 a região deixaria de se chamar Reserva Florestal do Itatiaia passando a ser a Estação Biológica de Itatiaia. Neste período, o Jardim Botânico possuía a missão de realizar trabalhos com objetivos econômicos, diretamente relacionados com o aproveitamento do mundo vegetal brasileiro, que seria tido então como uma das maiores fontes de riqueza do país. Em 1927, a Estação Biológica de Itatiaia teria passado por um desenvolvimento considerável, tendo sido iniciadas a construção do arboreto com espécies indígenas e exóticas, uma coleção entomológica e uma biblioteca especializada com grande número de publicações estrangeiras. Além disso, novos terrenos pertencentes ao antigo núcleo colonial foram anexados às terras da Estação e obras foram realizadas, como o conserto de estradas, a construção do Abrigo Macieiras, que hospedou gerações de montanhistas e possibilitou a realização de pesquisas científicas por abrigar pesquisadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras. Durante este período, a Estação Biológica de Itatiaia foi visitada por cientistas nacionais e estrangeiros. Nesta ocasião, ainda não existia um Código Florestal ou legislação similar que regulamentasse a criação de áreas de proteção à natureza no Brasil e a criação de uma estação biológica vinculada a uma tradicional instituição científica (JBRJ) possibilitou a conservação daquelas matas e a realização de estudos sobre a natureza local. Os trabalhos científicos realizados pelo Jardim Botânico nesta região teriam despertado o interesse de outros cientistas e conferido fama científica a Itatiaia.

⁹DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói: Op. Cit, 1997; SANTOS, Rosely Ferreira dos. Mapeamentos Temáticos: vegetação, uso e ocupação da terra. In: SANTOS, Angelo A. (editor). Cadernos para o desenvolvimento sustentável. Cadernos FBDS, 2000.; CASAZZA, Ingrid Fonseca. A Estação Biológica de Itatiaia e a criação do primeiro parque nacional brasileiro (1914-1937). Anais eletrônicos 3ª Jornada de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2015.

O conhecimento gerado sobre aquela área certamente contribuiu para que ela fosse selecionada para a criação do primeiro parque nacional brasileiro.¹⁰

Como observamos, a região de Itatiaia sofreu, ao longo dos anos, inúmeras modificações, decorrentes da cultura do café, pastoreio, incêndios, colonização, dentre outras modificações ocasionadas pela ocupação humana. Portanto, à época da criação do PNI, a natureza desta região não se caracterizava como uma área de vegetação “prístina”, “virgem” ou “intocada”. Inclusive, algumas porções de terra que foram fazendas de café e outras que foram colônias, foram incorporadas à área do Parque Nacional de Itatiaia.¹¹

A criação de um parque nacional na região já era defendida ao menos desde o início do século XX. Alberto Löfgren¹² teria sugerido ao ministro da agricultura Cândido Rodrigues, que ocupou a pasta de junho a novembro de 1909, a criação do PNI, e, em 1913, José Hubmayer, geógrafo e naturalista suíço, teria proposto na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro a criação do parque na região. Hubmayer teria acentuado que:

O Parque Nacional de Itatiaia, sem igual no mundo, estaria quase às portas desta bela Capital, oferecendo, aos cientistas e estudiosos, riquíssimos elementos para as suas pesquisas, aos convalescentes pelo trabalho exaustivo nas barulhentas cidades, um retiro ideal para a sua reconstituição física e mental e aos excursionistas e

¹⁰CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011. 121f; CASAZZA, Ingrid Fonseca. *A Estação Biológica de Itatiaia e a criação do primeiro parque nacional brasileiro (1914-1937)*. Op. Cit, 2015.

¹¹ DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro, Niterói: Op. Cit, 1997.*

¹²Alberto Löfgren nasceu na Suíça em 1854. Formou-se em filosofia e ciências naturais e chegou ao Brasil em 1874, integrando uma expedição para exploração da botânica de São Paulo e Minas Gerais. Löfgren permaneceu no Brasil e, em 1883, foi contratado para organizar o Museu Sertório, que deu origem ao Museu do Estado, posteriormente chamado de Museu Paulista. Participou da construção do Horto Botânico -, implantado na região da Serra da Cantareira, mais tarde chamado [Parque Estadual Alberto Löfgren – Horto Florestal](#), do qual foi diretor de 1907 a 1909. Foi responsável pela criação dos Hortos Florestais de Juazeiro-BA e Quixadá-CE e diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Faleceu em 1918. Ver: *Conheça mais sobre a vida de AlbertoLofgren*. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/2015/08/20/conheca-mais-sobre-a-vida-de-alberto-lofgren/>. Acesso em: 30 de Julho de 2017.

curiosos uma infinidade de atrativos.¹³

A Estação Biológica e o conhecimento da região por cientistas parecem, pois, ter sido fatores decisivos para a escolha da região para o primeiro parque nacional. Neste contexto, é criado o Parque Nacional de Itatiaia pelo decreto n.1.713 de 14 de junho de 1937. O próprio decreto cita a relevância da já estabelecida Estação Biológica na região:

Incorporadas ao patrimônio do Jardim Botânico que nelas mantém a “Estação Biológica de Itatiaia” ocupam uma área de 119.439.432 metros ou seja 11.943 hectares, coberta na maioria de matas primitivas, com as altitudes variando de 816 a 2.787 metros, cortada por numerosos pequenos córregos que deságuam nos rios Aiuruoca, Campo Belo e Preto, que têm ali suas nascentes, e apresentando flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira; área e flora já estudadas, em todos os seus aspectos, por geólogos, botânicos e cientistas de toda espécie, nacionais e estrangeiros; considerando que, por essas circunstâncias, a região em que está localizada a referida Estação Biológica, deve ser transformada em Parque Nacional, para que possa ficar perpetuamente conservada no seu aspecto primitivo e atender às necessidades de ordem científicas decorrentes das ditas circunstâncias.¹⁴

¹³BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952, p. 38.

¹⁴Brasil. Decreto Nº 1.713, de 14 de junho de 1937. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/itatiaia.pdf>. Acesso em: 24/09/2016.

O PNI deveria atender às finalidades de proteção à natureza, campo de estudo às ciências naturais, incremento do turismo e reserva, para as gerações futuras, das florestas existentes.¹⁵

2. UMA COMISSÃO PARA O PARQUE

Perpetuam, por força das interdições legais, como resistirem à onda avassaladora da região e das transformações impostas pelos caprichos e pelos interesses imediatos do egoísmo individual aqueles sítios que, pela sintetização da miríade de seus encantos e das suas possibilidades artísticas e científicas, dão expressões às regiões em que se talham¹⁶

O discurso acima, proferido por Odilon Braga, então Ministro da Agricultura, é do dia da inauguração do PNI, em 24 de junho de 1937, dez dias após o decreto de sua criação. Neste evento compareceram altas autoridades federais e estaduais, incluindo, além de Odilon Braga, o próprio presidente Getúlio Vargas.

Após a criação do parque, foi instituída uma comissão, no âmbito do Ministério da Agricultura, diretamente subordinada ao ministro deste órgão. Esta comissão seria responsável pela elaboração do plano a ser executado para a organização definitiva do parque, além de atender pelo policiamento da área. Fora criada com o objetivo de estabelecer “medidas propícias ao movimento turístico na região e intensificadores da defesa e resguardo da fauna e flora nela existentes”¹⁷. Deveria permanecer sob a supervisão do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, instituição que já mantinha na região, como vimos, uma Estação Biológica desde a década de 1920 e que continuou em funcionamento após a criação do parque, tendo suas atividades encerradas somente em 1942. Esta comissão, formada em 1938, era composta por membro designado pelo Ministério de Viação e Obras Públicas; pelo diretor do Departamento Nacional de Propaganda, Lourival Fontes; pelo diretor do Instituto de Biologia Vegetal, superintendente do JBRJ e membro do Conselho Florestal, o botânico Paulo Campos

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ Discurso de Odilon Braga em 24 de Junho de 1937, na inauguração do Parque Nacional de Itatiaia. BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parque nacional do Itatiaia*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

¹⁷ Brasil. Decreto nº 337 de 16 de março de 1938 – Organiza o Parque Nacional de Itatiaia.

Porto¹⁸; e pelo diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Iedo Fiuza. Deveriam ficar encarregados pela execução de obras de melhoria das estradas existentes em Itatiaia e estudos topográficos de caráter urgente para então ter início o plano do governo a respeito do Parque Nacional.¹⁹ Este plano consistiria em um trabalho gradativo, que deveria ser adotado para “a execução dos serviços necessários ao Parque Nacional de Itatiaia e o local onde estes serviços seriam postos em prática”²⁰. Isto requereria uma administração especial.

É interessante observar a formação desta comissão, pois nos leva a questionar as razões de sua composição. O Serviço de Estrada de Rodagens, certamente, estava ali devido ao objetivo de criação e melhoria de estradas que davam acesso ao parque (como veremos a seguir, este objetivo foi alcançado). O Ministério de Viação e Obras Públicas também é de fácil suposição: estaria presente devido às obras que deveriam ser implementadas para o início do funcionamento do PNI. Já o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural talvez estivesse ali buscando propagar o andamento das obras, aliado à promoção dos feitos de Vargas, ressaltando, provavelmente, o que estava sendo pelo governo “em favor da proteção à natureza”²¹. Por último, o objetivo da participação do Superintendente do JBRJ e membro do Conselho Florestal pode ser suposta, principalmente, pela própria ligação da região com o JBRJ, assim como por ser ainda, até aquele momento, a instituição responsável pela chefia da Comissão.

Em 4 de fevereiro de 1942 a Comissão do Parque Nacional de Itatiaia foi extinta, o que pode indicar que, naquele momento, é provável que esses requisitos mínimos tenham sido atingidos. Todo o seu acervo foi transferido para o Serviço Florestal,²² que, a partir daí, passaria a ser responsável diretamente pela fiscalização do Parque Nacional de Itatiaia, sendo, portanto, o seu administrador submetido a este órgão.

3. UM ADMINISTRADOR PARA ITATIAIA: WANDERBILT DUARTE DE BARROS

¹⁸ Em 1939, Paulo Campos Porto é exonerado, assumindo em seu lugar o diretor do Serviço Florestal, Francisco de Assis Iglesias. *Jornal do Brasil*, 24 de fevereiro de 1939. p.5.

¹⁹ *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1938. p.12.

²⁰ Brasil. Decreto nº 337 de 16 de março de 1938, *Op.Cit.*

²¹ Informações sobre o andamento das obras do PNI, assim como reportagens sobre a importância do papel do parque eram constantes em jornais no período. Sobre este assunto, ver capítulo 3 deste trabalho.

²² *Jornal do Brasil*, 05 de fevereiro de 1942, p. 5.

Em fevereiro de 1943, assumiu a administração do PNI o engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, que permaneceria à frente deste cargo até 1957. Neste período verificou-se expressiva concretização de aparelhamento material do parque, assim como o estabelecimento de um padrão de atividades a serem desenvolvidas no PNI. Foi durante a administração de Barros que o Parque Nacional de Itatiaia se tornou uma instituição voltada à conservação da natureza, pesquisas científicas e à prática do turismo. Não que estas atividades já não fossem desempenhadas antes (sobretudo no que diz respeito às pesquisas científicas), porém, a partir de 1943, estas atividades passaram a ser organizadas com normas, características, padrões, sendo geridas no âmbito do Serviço Florestal e por um administrador próprio para aquela função. Barros e diversos outros funcionários passaram, inclusive, a residir no PNI com suas famílias²³; o que demonstra que, a partir daquele momento, a administração seria efetiva e diária. Cabe ressaltar que, ao assumir, Duarte de Barros encontrou o PNI ainda em seus primeiros anos de funcionamento, participando assim da transformação efetiva da região de Itatiaia em parque nacional. Por outro lado, um dos primeiros trabalhos de Duarte de Barros relacionados ao conservacionismo refere-se ao período em que esteve à frente do Parque Nacional de Itatiaia. Esta experiência conferiu a Duarte de Barros visibilidade que o permitiu atuar em grande parte do século XX em instituições governamentais voltadas à regulamentação da natureza, conciliando seu trabalho com uma atividade intelectual conservacionista, agindo em prol da proteção à natureza, além de desenvolver inúmeros estudos relacionados à natureza brasileira.

Wanderbilt Duarte de Barros (1916-1997) era natural de Óbidos, no Pará. Sua família desempenhava atividades voltadas à colheita da castanha-do-pará. Óbidos localiza-se às margens do rio Amazonas, o que atraía inúmeros naturalistas brasileiros e estrangeiros em expedições científicas para o conhecimento da natureza brasileira, no começo do século XX. Uma prática comum neste período era a hospedagem desses naturalistas nas casas das famílias do local e assim, aos sete anos, Wanderbilt conheceu o botânico Adolpho Ducke, italiano que costumava se hospedar em sua casa. Neste período, este botânico era chefe da Seção de Botânica do Jardim Botânico do Rio de

²³ Informações encontradas em documentos administrativos encontrados na sede do Parque Nacional de Itatiaia.

Janeiro e teria permanecido na região amazônica entre os anos de 1919 e 1928, com o objetivo de coleta e classificação de material botânico.²⁴

Barros tornou-se ajudante do botânico e assim teve a oportunidade de aprender a ler e mais tarde, em 1926, foi levado para estudar em um colégio estadual em Belém. Em 1928, Barros foi indicado a estudar no Patronato Agrícola Manoel Barata²⁵. Durante a Primeira República foram fundados patronatos agrícolas em vários estados brasileiros, como uma alternativa de educação profissional, o que se fazia necessário devido à demanda por mão-de-obra qualificada para o trabalho no campo. Destinavam-se às classes mais pobres, aos meninos de rua, menores abandonados, com o objetivo de torná-los “jovens agricultores”. Nesta instituição eram ministradas aulas sobre estudos do solo, instrumentos agrários, insetos úteis e prejudiciais à agricultura, pecuária, apicultura, contabilidade agrícola, dentre outros conhecimentos que visavam à formação de um contingente de trabalhadores que servisse às oligarquias que estavam no poder.²⁶ Em 1929, Barros foi transferido para o Patronato Agrícola Campos Sales, na cidade de Passa Quatro, Minas Gerais. Em 1930, inicia o Secundário na Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro. Nesta mesma instituição, Barros cursou o ensino superior entre os anos de 1934 a 1937, formando-se topógrafo e engenheiro agrônomo, aos vinte e um anos de idade²⁷. Buscando oportunidades de trabalho, Wanderbilt decidiu permanecer no Sudeste. Foi diretor de escola em Minas Gerais e trabalhou como engenheiro na construção da Via Anchieta, em São Paulo.

No momento da criação do PNI, Barros formava-se agrônomo. Em maio de 1940, após passar para um concurso do Ministério da Agricultura, assume uma função no recém criado PNI. Tornou-se responsável pelos trabalhos de botânica e de dendrologia²⁸ do parque.²⁹ Neste período estudou espécies encontradas na região,

²⁴CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Rio de Janeiro: s.n. 2011.

²⁵ Informações retiradas de documentação particular da família Barros, cedida à autora por Antonio Alberto Barros, filho de Wanderbilt Duarte de Barros.

²⁶OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa Oliveira; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *Ensino Agrícola na Primeira República: O currículo prescrito para o Patronato Agrícola Manuel Barata – Belém/PA*. VI EDUCERE, Congresso Nacional de Educação PUCPR- PRAXIS, 2006.

²⁷ Informações retiradas de documentação particular da família Barros, cedida à autora por Antonio Alberto Barros, filho de Wanderbilt Duarte de Barros.

²⁸ Dendrologia quer dizer “estudo das árvores”, é a parte da botânica que identifica e classifica sistematicamente diversas espécies de árvores. A dendrologia tem como base de estudo a morfologia, nomenclatura, distribuição geográfica e utilidades das árvores. (PEREIRA, Israel Marinho. *Histórico, conceitos e importância da dendrologia*. UFVJM. Laboratório de Dendrologia e Ecologia Florestal –

classificando-as por conta própria.³⁰ Em setembro de 1942, foi convidado a assumir o Parque Nacional Serra dos Órgãos (PARNASO), sendo designado a assumir estudos de botânica na região. Barros permaneceu nesta instituição por menos de um ano, sendo chamado a assumir a direção do PNI em maio de 1943. Neste período, Barros possuía apenas três anos de experiência de trabalho em instituições voltadas à natureza, no caso o PARNASO e o PNI. Desta forma, argumentamos que os anos correspondentes à administração de Barros no PNI consolidaram-se como os de formação de um parque e de um conservacionista. A administração de Barros foi importante para a organização do PNI, assim como a atuação frente a esta instituição propiciou a Barros experiência profissional sistemática, sobretudo como um conservacionista.

Como diretor, Barros enviava diversos ofícios ao Serviço Florestal, solicitando verbas, autorizações, maior número de funcionários etc. Empenhava-se em estimular as atividades científicas e turísticas, recebendo pessoalmente pesquisadores, turistas e esportistas. Fiscalizava a ação de moradores nos limites do parque. Além disto, ele próprio pesquisava, examinava, classificava e catalogava diversas espécies animais e vegetais encontradas no PNI. Empenhou-se em tornar aquela instituição um centro de estudos da natureza, um local gerador de conhecimento e admiração pela natureza, que pudesse produzir certa “consciência” de uso racional. Empenhava-se, ainda, em estruturar a biblioteca do PNI, com literatura brasileira e estrangeira - a maioria dela conseguida por permuta - esperando disseminar os conhecimentos acerca da natureza para todos aqueles que quisessem conhecer o PNI. Ao longo dos quase 14 anos à frente da administração do PNI, Barros buscou promover, juntamente com o conservacionismo, as pesquisas científicas e o turismo. Neste ínterim, publicou alguns trabalhos, sempre relacionados à natureza brasileira. Suas principais obras foram: *Parques Nacionais do Brasil*, escrito em 1943 e publicado em 1946; *Erosão no Brasil*, publicado em 1953; e *Parque Nacional do Itatiaia*, publicado em 1955.

Parques Nacionais do Brasil recebeu premiação no concurso de monografias realizado em 1946 pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. O

LDEF.). Disponível em: <http://docplayer.com.br/10947693-Dendrologia-historico-conceitos-e-importancia-da-dendrologia.html>. Acesso em 15/01/2017.

²⁹ Documentação particular da família Barros, cedida por Antonio Alberto Barros, filho de Wanderbilt Duarte de Barros.

³⁰ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Ed. UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998.

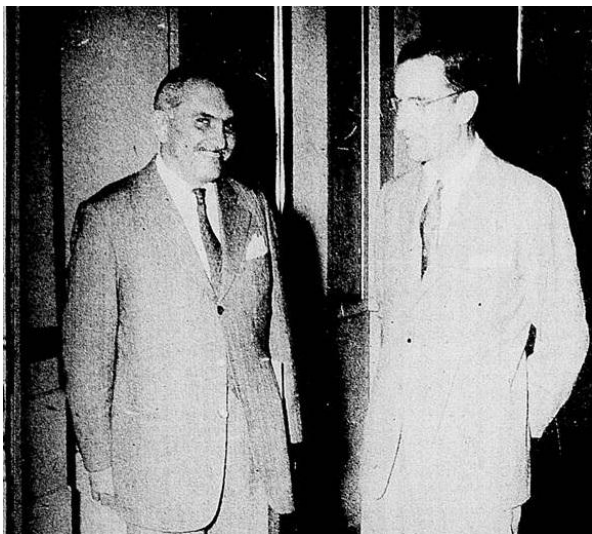
trabalho foi publicado por esse mesmo órgão e possuía o objetivo de demonstrar o panorama dos parques nacionais brasileiros existentes até então. A obra seria, segundo Barros, uma contribuição para trazer informações mais sólidas sobre as áreas reservadas no país. Neste livro, lamentando os poucos parques nacionais existentes até então - além do PNI, o Parque Nacional Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu -, Barros expõe diversas questões acerca de seus estudos sobre estas instituições, como por exemplo, a feição que deveriam ter: “Parque Nacional = conservação da natureza + aparelhamentos + trabalhos técnicos administrativos”. Neste mesmo trabalho, Barros ainda sugere inúmeros locais que teriam regiões propícias à criação destas áreas: a Gruta de Maquiné, em Minas Gerais; Lagoa Santa, também em Minas; Zona do Triângulo, na divisa entre Minas e Goiás; Gruta Soturna em Mato Grosso; Ilha de Marajó, dentre outros locais.³¹

Erosão do Brasil rendeu a Barros o Prêmio Sul-America de 1953. O concurso foi instituído pelo Instituto Brasileiro de Educação e a premiação ocorreu no Palácio Itamarati, em 30 de junho de 1953³². Posteriormente, foi publicado em 1956 pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. O trabalho aborda as problemáticas em torno da questão da erosão do solo agrícola e o uso da terra.³³ Tratava-se de uma contribuição documentária sobre os terrenos agricultáveis e as atividades que envolviam o uso da terra no Brasil. A premiação de Barros pelo grupo Sul América foi exposta em diversos jornais à época, reconhecendo a importância do trabalho, que seria uma contribuição de finalidade educativa, científica e cultural. A seguir vemos ilustrações da *Revista da Semana* sobre a solenidade de entrega do prêmio.

³¹BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

³² O PROBLEMA da erosão do solo no Brasil: o concurso promovido pelo IBECC alcançou notável êxito. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro 24 de julho de 1953.

³³BARROS, Wanderbilt Duarte de. *A erosão no Brasil*. Ministério da Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação, 1956. P. 13.



Barros à esquerda, ao lado de Antônio Larragoti, presidente do Grupo Sul América, na premiação do Concurso Sul-América. Barros recebeu um prêmio de Cr\$ 50.000,00. *Revista da Semana*, 24 de Julho de 1953, ano LI, p. 48.



Barros discursando em sua premiação pelo Prêmio Sul América. *Revista da Semana*, 24 de Julho de 1953, ano LI, p. 48.

Já o livro *Parque Nacional do Itatiaia* (1955), publicação da Série Documentária do Ministério da Agricultura, consistia em um trabalho informativo e destinava-se a todos que quisessem saber o que era o PNI, onde se localizava, que funções desempenhava, características da sua natureza etc. Era uma espécie de guia descritivo do PNI, abordando todas as esferas existentes naquele local. O livro ainda traz uma série de fotografias, destacando diferentes pontos do PNI. Ao analisar este livro, é possível observar a estrutura adquirida pelo parque ao longo dos anos, assim como as atividades frequentemente desempenhadas pelos visitantes.

Barros ainda escreveu artigos para diversas publicações vinculadas ao Ministério da Agricultura, como o Boletim do Ministério da Agricultura e para periódicos de divulgação científica. Podemos citar: *Barbosa Rodrigues*– naturalista brasileiro, publicado pela Rodriguésia em 1942; *Erosão e seu combate*. Publicado pelo Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura, também em 1942; *Relatório do agrônomo W. Duarte de Barros, sobre uma excursão à Serra dos Órgãos*, publicado na Rodriguésia, em 1943; *A queda das folhas das árvores do Itatiaia* – Revista Florestal, em 1947; *Conservação e defesa dos recursos naturais e o município*, apresentado na Associação Brasileira de Municípios, em 1957.

Seu campo de estudo, como vemos, era a criação de áreas reservadas, conservação dos recursos naturais, estudos de espécies da fauna e flora brasileira, entre outros. Em seus discursos, o conservacionismo, as pesquisas científicas e o turismo eram objetivos constantemente abordados. Defendia a intensificação do movimento de proteção à natureza no Brasil. A proteção ao solo, às florestas, à fauna, às águas e às minas seriam, para ele, um imperativo para a existência do Brasil como nação. Ressaltava que o progresso teria trazido ao homem “apreciáveis e imprescindíveis” utilidades. Porém, acabou por não permitir ao homem usufruir a “delícia e o prazer” do contato com a natureza. Para isto teriam sido criados os parques nacionais, pois seria permitido, em tais áreas, que o homem, componente da sociedade urbana decorrente do progresso, pudesse usufruir do bem-estar.³⁴ Para Barros, apenas os parques nacionais seriam propriedades coletivas, fontes perenes dos bens da natureza para uso de todos os homens³⁵.

Segundo Barros, o aparelhamento de um parque nacional acarretaria inúmeras despesas e, por isso, não seria possível considerar para a criação de uma área reservada apenas sua beleza natural. Esta área deveria ser estudada, identificada e assim estruturada para que pudesse desempenhar o total alcance do objetivo de um parque nacional, que seria fonte de educação, de cultura popular, de esportismo, de documentário vivo e de pesquisa biológica. Toda essa estruturação geraria gastos consideráveis, e a propaganda intensiva, que levasse ao conhecimento e à exploração do

³⁴BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parque Nacional do Itatiaia*. Ministério da agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

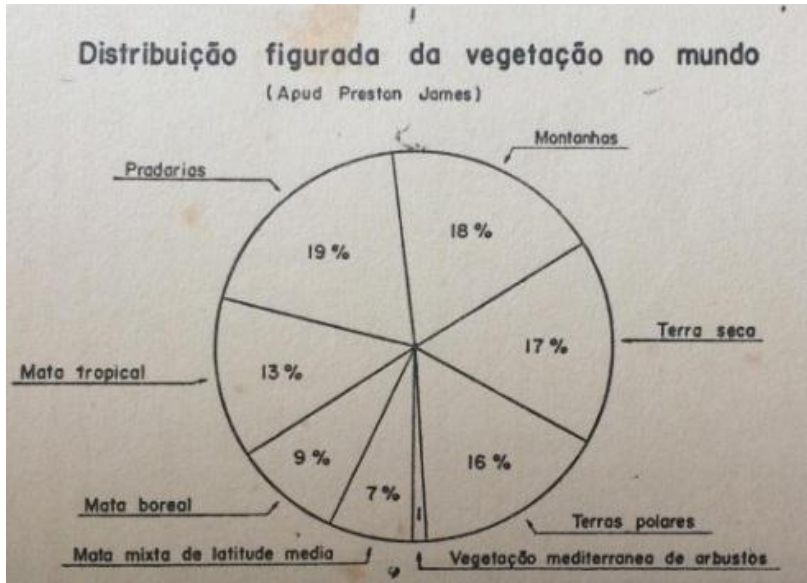
³⁵BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

potencial turístico local, seria importante para atração do público e visibilidade de um parque nacional.³⁶

Barros interessava-se também por estudos relacionados ao conservacionismo existentes em outros países. Seu referencial teórico era extenso e seu conhecimento de diversas partes do mundo também. Exemplo disto é exposto em seus próprios trabalhos, nos quais constantemente apoiava-se em obras externas. No livro *A Erosão no Brasil*, por exemplo, citou trabalhos como: *Ecological Problems of Southeastern Brazil*, de Pierre Dansereau³⁷; *Les Pays Tropicaux*, de Pierre Gourou; *Afrique Terre qui meurt*, de J. P. Harroy; *Forest Influences*, de J. Kittredge. Apoiava-se também em trabalhos de renomados autores brasileiros também, como Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Euclides da Cunha, Fernando Azevedo, Nelson Werneck Sodré. Demonstrava também ter amplo conhecimento do trabalho de Adolpho Ducke, botânico italiano que conheceu ainda criança, citando diversos trabalhos deste, referentes à Amazônia brasileira. As obras de Wanderbilt Duarte de Barros demonstravam, portanto, aprofundamentos de cunho sociológico e cultural, abordando o conhecimento de conteúdos referentes à história e atualidade dos cenários nacional e internacional.

³⁶ *Idem.*

³⁷ Pierre Dansereau (1911-2011) foi um ecólogo canadense considerado um dos maiores nomes da ecologia do século XX. Esteve realizando estudos ecológicos no Brasil por diversas vezes, a primeira delas durante os anos de 1945 e 1946, a partir de um acordo científico firmado entre Brasil e Canadá, em 1944. Sua atuação neste período incluiu, inclusive, planos de criação de Departamentos de Ecologia e Biogeografia em instituições científicas como o Parque Nacional de Itatiaia, instituição na qual realizou excursões com o objetivo de definição de tipos de vegetações, elaboração de medidas de proteção florestal, etc. Foi professor de ecologia na Universidade de Michigan, atuou na Universidade de Montréal, lecionou também em Columbia, além de co-dirigir o Jardim Botânico de Nova York. Sua consagração se deu na Universidade de Québec à Montréal (UQAM). Mais informações, ver: SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; PALMER, Steven. Ecologia, cooperação internacional e configuração biogeográfica do Brasil: Pierre Dansereau e o acordo científico Brasil-Canadá nos anos 1940, 2017, no prelo.



Gráficos presentes no livro *A Erosão no Brasil*. Págs. 215-216.

Barros conhecia e intercambiava elementos do conservacionismo de diversos países. Em seu livro *Parques Nacionais do Brasil*, cita a criação de parques nacionais nos Estados Unidos, Canadá, México, Chile, Uruguai, Venezuela, dentre outros. Interessava-se, sobretudo, pelo conservacionismo norte-americano. Para ele, os Estados Unidos seriam um exemplo a ser seguido no Brasil, principalmente a respeito dos altos

lucros arrecadados pelo governo com o turismo nos parques nacionais: “São os parques nacionais empreendimentos que refletem cultura a despeito do que são também vigorizadores de orçamentos”³⁸. Em outro trecho, Barros afirma:

Quando os americanos do Norte se dispuseram a enfrentar o sério problema que o desgaste de sua imensa reserva natural determinara, tiveram que fazê-lo energicamente. Imensas áreas nas quais ainda se encontravam porções virgens foram declaradas intangíveis, reservadas e nelas estabelecidos Parques Nacionais. Procuraram remediar a iminente calamidade originada de um lado, do excessivo esforço que, pelo domínio da gleba, desenvolveram os pioneiros e de outro, proveniente da desordenada ação dos índios incendiando a terra para vencê-la e conquistar a presa animal. Esse trabalho de proteção constitui naquele país um movimento de vasta envergadura que encontra repercussão no interesse público de todas as camadas.³⁹

Cita no mesmo livro um trecho de um discurso da Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, cediada em Washington, EUA, em maio de 1940:

A conservação da natureza é um empreendimento novo resultante da deformação produzida pelo trabalho humano na terra, e proveniente da observação efetuada ante a volumosa conquista material da civilização moderna levantada em muitas partes

³⁸BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952.

³⁹ *Idem*, p. 19.

sobre escombros de toda ordem. A plenitude da intenção desse movimento é alcançada através dos Parques Nacionais que foram criados “para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais, da flora e da fauna de importância nacional, das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postos sob a superintendência oficial” (Relatório da Comissão de Peritos sobre a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, Washington, maio de 1940.)⁴⁰

Como aponta o autor Frederico Freitas, a partir da década de 1930 ocorreu uma renovação na política ambiental norte-americana, assim como um grande intercâmbio internacional de ideias conservacionistas em todo o mundo.⁴¹ Barros, como vemos, demonstrava estar inserido neste intercâmbio, vide o conhecimento acerca de um encontro internacional sobre proteção à natureza e a referência ao conservacionismo norte americano. Tais conhecimentos certamente refletiram a ação de Barros nos meios em que atuava.

A rotina de Barros no PNI era dinâmica. Recebia, assinava e enviava ofícios, respondia inúmeros turistas interessados em visitar o parque, verificava denúncias, acompanhava inúmeros excursionistas, orientava funcionários. Além desta conciliação da direção do PNI com uma extensa produção intelectual, Barros também realizava outras atividades em meios científicos e políticos, não concentrando sua atuação apenas nos limites do PNI. Isso lhe proporcionava maior visibilidade.

⁴⁰ *Idem*, P.20-21.

⁴¹ FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: The Creation of the Iguazu National Park in Southern Brazil, 1880-1940. *Revista de História Iberoamericana*, 2014, vol. 7, n.2



Wanderbilt Duarte de Barros (em pé) em reunião na Sala de Conferência do PNI. s/d. Acervo do PNI.

Podemos destacar inúmeras participações em congressos, reuniões, conselhos, aulas, etc. A pesquisa em jornais nos propiciou diversas informações acerca da atuação diversificada de Barros, dando conta da sua participação nestas diversas ocasiões. Documentações cedidas por sua família também se mostraram um importante auxílio para entendermos a dinâmica da trajetória profissional de Barros durante os anos em que administrou o PNI.

Em reportagem do jornal *A Noite* de 26 de novembro de 1953, em matéria intitulada: *Plano de defesa dos recursos naturais do Brasil* é possível observar, por exemplo, a participação de Duarte de Barros nesses meios científicos e políticos. Esta reportagem traz conteúdo sobre a ideia de formação de um Conselho de Planejamento e Coordenação das Providências Necessárias, que se tratava de debates numa subcomissão da Comissão Nacional de Política Agrária. Esta subcomissão teria efetuado reunião, tomando, então, conhecimento da proposta de Duarte de Barros para a criação de uma instituição de Recursos Naturais Renováveis. Tal Conselho teria se

reunido devido ao “alarme” generalizado no Brasil diante da destruição das matas e, que, portanto, estariam ocasionando secas. Tal situação teria levado o então ministro da agricultura, João Cleofas de Oliveira⁴², a solicitar junto à Comissão Nacional de Política Agrária a apresentação, à Presidência da República, de um plano completo de defesa dos recursos naturais do país. A criação desta Subcomissão e o esboço de projeto apresentado por Duarte de Barros teriam ocorrido devido a tais motivos. O anteprojeto apresentado por Barros sugeria a criação de um Conselho Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis, que apresentava quatro objetivos básicos:

- 1- o estudo e o planejamento do problema dos recursos naturais renováveis no Brasil;
- 2- O planejamento de uma campanha nacional permanente de esclarecimento e educação, visando a melhores usos e administração dos mesmos recursos;
- 3- a coordenação de todos os trabalhos referentes ao conhecimento e uso dos recursos naturais brasileiros, quer na esfera da administração pública, quer na particular; e
- 4- o de funcionar o Conselho como órgão regulador das normas convenientes à exploração dos recursos naturais com o fim de garantir o bem estar público.⁴³

Nesta mesma reunião estiveram presentes, além de Duarte de Barros, Leandro Vettori, do Instituto de Química Agrícola; Genneville Ifernsdorff, da Divisão de Caça e Pesca; Eurico Santos, Francisco Domicio de Azevedo e Hugo de Lima Camara, do Serviço de Proteção aos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro; e Emilio Varoli, diretor da Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres, da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Ou seja, Barros reunia-se

⁴² João Cleofas de Oliveira foi um político pernambucano, tendo ocupado, ao longo de sua trajetória, cargos como prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador. Esteve enquadrado nos dois governos Vargas, tendo sido nomeado, com a Revolução de 1930, Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do estado. No segundo governo Vargas (1950-1954), foi nomeado ministro da agricultura, permanecendo no cargo no período de 1950 a 1954. Ver: João Cleofas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Joao_Cleofas. Acesso em 03 de julho de 2017.

⁴³ PLANO de defesa dos recursos naturais do Brasil. *A noite*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1953. p. 2.

constantemente com outros atores, vinculados ao Ministério da Agricultura, que discutiam questões pertinentes à natureza brasileira; o que sugere a constante circulação e troca de ideias de cunho conservacionista também nestes ambientes da burocracia estatal.

Outras reportagens trazem informações sobre a participação de Duarte de Barros em eventos. Os jornais *A Noite* e *Correio da Manhã*, por exemplo, informam a participação de Barros na Delegação do Brasil que atuou no Seminário Latino-Americano sobre os problemas da terra, cujos membros foram designados pelo Governo Federal. Neste Seminário, realizado em Campinas, em 1953, Barros e o restante da delegação brasileira, abordaram o latifúndio e questões agrárias gerais no Brasil, que abrangiam levantamento dos recursos naturais, conhecimentos da propriedade rural, propriedade e uso da terra, aspectos financeiros referentes aos problemas agrários, assim como o planejamento governamental para a Reforma Agrária.⁴⁴

As relações políticas que Barros mantinha o levaram para longe do PNI. Em fevereiro de 1957 foi convidado pelo então ministro da Agricultura, Mario Meneghetti, a assumir a direção da Divisão de Fomento da Produção Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura. Posteriormente, em novembro de 1957, assumiu a direção do próprio Departamento Nacional da Produção Vegetal, permanecendo neste cargo até julho de 1981. Durante este período continuou a conciliar sua carreira com o conservacionismo, sendo um dos responsáveis pela criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN)⁴⁵, criada em 1958.⁴⁶ Barros ainda seria presidente desta instituição em dois períodos: de 1969 a 1972 e de 1987 a 1990.^{47 48}

⁴⁴ NOMEADA a delegação do Brasil que participará do Seminário Latino-Americano sobre os problemas da terra. *A noite*, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1953. p.7; EXAME da situação agrária no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de junho de 1953. p. 4.

⁴⁵ A FBCN foi a primeira instituição brasileira criada com claros objetivos conservacionistas. Ver: URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil. *Op cit*, 1998, p. 175. A FBCN constituiu-se como um “ponto” onde se concentraram e disseminaram-se as principais preocupações conservacionistas no Brasil. Foi, durante muito tempo, a ONG conservacionista brasileira mais importante. Ver: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, 2009, vol. 17, n. 1.

⁴⁶ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil. *Op cit*, 1998.

⁴⁷ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Op. cit*, 2009.

4- A FORMAÇÃO MATERIAL DO PNI

Desde a organização da Comissão do Parque Nacional de Itatiaia, como demonstrado, foram iniciadas obras necessárias ao início do funcionamento do primeiro parque nacional brasileiro. Nos anos estudados, o PNI recebia ocasionalmente a visita de homens de Estado, na maioria das vezes pertencentes ao Ministério da Agricultura e ao Serviço Florestal, os quais verificavam as obras que estavam em andamentos:



Jornal *A Manhã*, 03 de janeiro de 1945, p. 12.

⁴⁸ Barros também foi membro do Conselho do Fundo Federal Agropecuário (FFAP), em 1963; diretor brasileiro do Programa de Pesquisa Florestal do IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal)/ PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), entre 1970 e 1975; Superintendente de Recursos Naturais e Meio Ambiente do IBDF. Trabalhou por alguns anos no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Em 1990, assumiu a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, permanecendo até 1995.

O PARQUE NACIONAL DE ITATIÁIA VISITADO PELO MINISTRO DA AGRICULTURA

O Ministro da Agricultura esteve domingo último em visita de inspeção ao Parque Nacional de Itatiáia, dependência do Serviço Florestal.

Veteranos x Novos da Oficina de H. G. Luciola

Foi realizado domingo último, o encontro acima, em disputa duma bucuieta feijoadá, preparada pelo "mestre-cuca" Roque.

A partida foi disputada com ardor, e teve como vencedor a equipe dos Veteranos pelo escore de 5x2, tentos do vencedor de Pimenta, 3; Arlindo e Geraldo, o qual apresentou o seguinte quadro: — Américo — Augusto — Rafael — Osvaldo — Luciola — Nonô — Nilton — Arlindo — Eliseu — Pimenta e Geraldino.

TINIAO. Disciplina e Trabalho em torno do Grande Presidente Vargas, e a vitória nos sorrirá.

UNICO OBERG

Arquitetura — Topografia —
— Des. de Propaganda
OF. L. OBERG
DES, 45, 1.º ANDAR

Itatiáia é um dos tesouros de nossa Pródiga natureza que tem atraído tantos cientistas de fama mundial e encantado milhares de turistas nacionais e estrangeiros. Daí a criação e a instalação do grande Parque que tomou o nome do local onde as alturas das montanhas e o frio que nem parece do clima do Brasil tropical, dão o bem-estar e o encantamento experimentados por todos quantos vão senti-los naquelas paragens.

Acompanhado do Diretor do Serviço Florestal, do Chefe da Seção de Parques Nacionais, do respectivo administrador, agrônomo W. Duarte de Barros e outros técnicos, o Ministro da Agricultura inspecionou as obras do Governo Federal ali em franco andamento, a despeito do mau tempo.

Depois da inspeção aos edifícios, à construção de estrada de rodagem em fase de conclusão e toda em terreno difficilimo, e aos demais trabalhos, o Ministro manifestou sua boa impressão, tendo felicitado o Serviço Florestal, como o fizera poucos dias atrás, por ocasião de sua visita ao Horto Florestal de Santa Cruz.

Jornal *Gazeta de Notícias*, 14 de dezembro de 1944, p. 9.

Inicialmente, as atividades já realizadas pela Estação Biológica continuaram. Tal panorama deve-se aos poucos recursos destinados pelo governo à estruturação

necessária às atividades do PNI.⁴⁹ Este cenário de poucas verbas destinadas por parte do Estado acabou por atrasar diversas obras que deveriam ser feitas na região. Eram constantes as notícias de atrasos na construção de infra-estrutura, assim como reclamações por falta de repasse de verbas e o baixo contingente de funcionários disponíveis para trabalho no PNI⁵⁰. Exemplo disto é exposto em reportagem do dia 29 de julho de 1947, intitulada “Serão concluídas as obras do Parque Nacional de Itatiaia”, tratando da visita do então ministro da agricultura, Daniel de Carvalho, ao PNI. A matéria expõe que o ministro visitou as obras paralisadas, que deveriam ser completadas naquele ano. Wanderbilt Duarte de Barros teria acompanhado o ministro, informando sobre as dificuldades enfrentadas por falta de estrutura adequada de funcionamento.⁵¹ Como vemos, em 1947, ou seja, 10 anos após o decreto de criação do PNI, as obras ainda não haviam sido concluídas, o que reforça uma ideia de baixa prioridade do governo em relação a esta instituição.

Apesar das dificuldades iniciais encontradas para a consolidação material do primeiro parque nacional brasileiro, a pequena estrutura derivada da Estação Biológica deu lugar a visíveis avanços no PNI. Em 1942, informações encontradas nos Relatórios do Ministério da Agricultura dão conta sobre melhoramentos de estradas, aberturas de caminhos, melhoramento do Abrigo Macieiras, preparo para área de estufas, instalação de postes para linha telefônica, aumento do arboreto, com plantio de exemplares da região, abertura de bueiros⁵². Já em 1944, documentos encontrados na sede administrativa do PNI demonstram que estavam sendo feitas aberturas de picadas para pontos “pitorescos” do parque, que serviriam não só para passeios, mas também para policiamento e excursões de estudo. Além disso, eram construídos caramanchões, abrigos e pousos, pontilhões e pontes, muros, obras de drenagem das águas dos rios, reparações das estradas para automóveis e picadas para cavaleiros. Todas estas obras eram desenvolvidas em diferentes e dispersos pontos de todo o PNI. Já em 1945, o

⁴⁹CASAZZA, Ingrid Fonseca. A Estação Biológica de Itatiaia e a criação do primeiro parque nacional brasileiro (1914-1937). Anais eletrônicos 3ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2015.

⁵⁰ Na sede do PNI, foram pesquisados documentos administrativos que se tratavam de ofícios enviados por Barros ao Diretor do Serviço Florestal, solicitando e expondo a falta de verbas, funcionários, materiais, etc, sobretudo durante a década de 1940.

⁵¹ SERÃO concluídas as obras do Parque Nacional do Itatiaia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1947. p. 2.

⁵²Brasil. Relatório do Ministério da Agricultura. 1942, p. 174. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de março de 2017.

relatório do Ministério da Agricultura mostra obras que seriam iniciadas naquele ano. O projeto exposto pelo relatório dizia respeito à construção da casa do administrador; casas para funcionários; reforma, reconstrução e ampliação de instalações em casas antigas; levantamentos e estudos preliminares das divisas do parque; estudos de picadas de acesso de exploração; fiscalização, policiamento, defesa contra incêndio; instalação de rede telefônica para casas de residências; cocheira; depósito de material; oficinas; sede central; usina elétrica; construção de pontes para travessias; construção da rede elétrica da usina para residências e demais dependências; abastecimento de água e construção de esgotos. Além disso, estavam nos planos a desapropriação e aquisição de imóveis próximos à sede do PNI.

Os relatórios do Ministério da Agricultura demonstram que, no período entre 1946 a 1950, já havia sido realizada a construção da residência do administrador, casa do observador meteorológico, conclusão do posteamento da linha telefônica, construção de uma estrumeira para até 80 toneladas, ampliação de casas, alargamento e desobstrução de estradas e cocheira para animais.⁵³

Em matéria do jornal *A Manhã*, de 10 de março de 1951 é exposto o andamento da estruturação física do PNI. A estrada de acesso à sede do parque já estava pavimentada e já estava em funcionamento um museu com uma coleção de 250 mil exemplares contendo 80 mil espécies animais e vegetais. O jornal expõe que, graças a esta organização, o PNI poderia oferecer ambiente favorável aos estudos das ciências naturais, “cuidando” ainda do aspecto paisagístico, que seria de interesse aos turistas. A reportagem afirma ter se intensificado o andamento do programa de instalação do PNI a partir da gestão de Barros. Esforços estariam sendo feitos para a melhoria da estrada que ligava a Rio-São Paulo, atual BR-465, ao PNI. Esta estrada possuía previsão para ser pavimentada no ano de 1952, a partir da colaboração do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem). Até o ano anterior, segundo a reportagem, haviam sido replantadas 400 mil árvores, desde a criação do PNI, o que manteria uma média de 80 mil novas plantas por ano.⁵⁴

⁵³ Brasil. Relatório do Ministério da Agricultura, 1946-1950, p. 376. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de março de 2017.

⁵⁴ OS PARQUES nacionais: proteger a flora e a fauna, facilitar os estudos das ciências naturais e promover o turismo – Itatiaia sede de um dos mais lindos parques nacionais – Cresce o número de visitantes na região das Agulhas Negras. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de Março de 1951.p. 7.

Já em 1952, teriam sido feitas melhorias da Estrada do Marambá, construção de boeiros, construção de dreno no pátio interno da sede para drenagem de águas pluviais e segurança do prédio e aberturas de picadas⁵⁵. Em 1955, portanto, o PNI já dispunha de uma sede contendo residências para o diretor e funcionários, casa para naturalista equipada, usina hidrelétrica, coqueira, estação meteorológico-agrária, além de pavilhões de serviços de campo e a sede propriamente dita com dependência para reuniões, projeções e conferências, apartamento para hóspedes oficiais, museu regional, biblioteca, gabinete para administrador e técnicos dos parques, centro de informações, oficina de carpintaria, mecânica e ferraria, posto de lubrificação e conserva de veículos, almoxarifado, posto de controle estatístico-informativo e posto telefônico, com rede interna. Acampamentos e instalação para vestiário público também estariam disponíveis.⁵⁶

A esta altura, para os visitantes que desejassem permanecer no PNI, havia pousos próximos, como nas Agulhas Negras, Prateleiras, Cabeça do Leão, Couto e em outros pontos de visitas. No ponto conhecido como Macieiras havia abrigo provisório para cerca de 20 pessoas. Ainda foram construídos outros abrigos: o Abrigo Rebouças, o mais próximo das Agulhas Negras, e das Prateleiras, que acomodava oito pessoas em sistema de pousada coletiva, dispondo de dormitório, copa e material de cozinha. Havia também o Abrigo Lamego, próximo à Maromba. O Abrigo Macieira, ficava a uma altitude de 1400m. Também possuía lugar para cerca de oito pessoas e as mesmas condições de dormitório do Abrigo Rebouças. Próximo ao início das escaladas das Agulhas Negras foi construído um refúgio com fogão, mesa e banheiros, para aqueles que buscassem escalar o pico mais alto do PNI. Próxima à sede do parque foi construída uma área para acampamento, que foi cedida a União dos Escoteiros do Brasil, onde eram realizados cursos e aulas de conservação da natureza durante os acampamentos.⁵⁷

Toda esta estrutura foi importante para a manutenção e aumento de atividades ao longo dos anos, como as pesquisas científicas e o turismo. A maior parte desta estrutura permanece sendo utilizada pelo parque até os dias atuais. A pesquisa científica, que

⁵⁵ Brasil. Relatórios do Ministério da Agricultura, 1952, p. 328. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de março de 2017.

⁵⁶ BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parque nacional do Itatiaia*. Ministério da agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

⁵⁷ *Ibidem*.

desde a Estação Biológica vinha sendo praticada, continuou a ser estimulada e desenvolvida nos limites do PNI.

5- OS MORADORES DO PARQUE

Para a administração civil brasileira os Parques Nacionais são problema novo de elevada importância pública. A existência desses institutos é considerada questão essencial em todos os países que cuidam da conservação da natureza, relacionando-a com o turismo e com os estudos de ciências naturais. [...]

Tanto grandes, como pequenas, aquelas instituições têm implicitamente os mesmos objetivos. [...] De grande complexidade em seus objetivos, abrangendo todos os prismas de estudos relacionados com as ciências naturais, com recreativismo, com a educação pública e com o desenvolvimento do turismo, os Parques Nacionais garantem a reserva de apreciável documentário do país, tendo entretanto primordial objetivo como unidade conservacionista. (Wanderbilt Duarte de Barros, no prefácio de seu livro *Parques Nacionais do Brasil*, p. 9 [grifos nossos]).

As palavras destacadas no trecho acima representam objetivos da administração de Vanderbilt e seu caráter normativo para parques nacionais em geral: a conservação da natureza, os estudos das ciências naturais e o incremento do turismo, no qual estaria incluída a educação pública. Para tal objetivo, Barros desenvolveria parcerias e promoveria a permanência no PNI de cientistas brasileiros e estrangeiros, com foco em estudos e pesquisas para orientar a administração do parque nas práticas de manejo

florestal, delimitação de áreas de turismo e desenvolvimento de programas de cultivo de espécies nativas para reflorestamento de áreas degradadas.

Em documentação encontrada na sede do Parque Nacional de Itatiaia, foi possível observar como se dava o controle dos visitantes do PNI. Estes deveriam preencher uma ficha, que trazia parte das regras de funcionamento local:

Ministério da Agricultura
SERVIÇO FLORESTAL
PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA
LICENÇA N. _____

Autorizo o Snr. _____
e mais _____ pessoas a visitar o Planalto do Parque Nacional do Itatiaia,
podendo pernoitar em _____ no período de _____ a
de _____ de 19 _____
Em _____ de _____ de 19 _____

ATENÇÃO -- Recomenda a direção do P. N. I.:
Não deixe acesa ponta de cigarro;
Não acenda fogo sem ser em local apropriado,
indicado pelo Parque Nacional do Itatiaia.

AVISO

Não é permitido:

- Arrancar folhas, flores, ramos de vegetais ou êstes;
- Danificar cercas, placas, ou quaesquer benfeitorias;
- Caçar, pescar, transportar armas de fogo e dar tiros;
- Inscrever em qualquer parte dístico, letreiros ou figuras;

Qualquer empregado do Parque Nacional do Itatiaia providenciará no sentido de executarem estas disposições.

A Administração do P. N. I. apela para os visitantes no sentido de respeitarem estas instruções e ajudarem a conservar móveis, imóveis e a natureza do Parque Nacional do Itatiaia.

Ficha para controle de visitantes ao PNI. Acervo da Biblioteca do PNI.
S/d.

Apesar de certas limitações, a visitação ao parque era muito bem aceita, pois seria uma fonte de renda aos cofres públicos, além de ser uma forma de demonstrar os feitos do governo em prol da proteção   natureza, dentre outros motivos, como

desenvolvimento de consciência conservacionista. Porém, a moradia de pessoas nos limites e na vizinhança do parque não era vista com a mesma percepção dedicada aos turistas.

Como já apontado, a região de Itatiaia passou por diversas transformações ao longo dos séculos, decorrentes de diferentes atividades humanas na região. O fato de terem ocorrido vários projetos sucessivos de colonização fez com que parte expressiva das terras se mantivessem ocupadas ao longo do tempo, antes e depois da criação do Parque Nacional de Itatiaia. No contexto da criação dos primeiros parques nacionais, era claramente defendida a desocupação efetiva destas áreas protegidas. O próprio decreto de criação do PNI expõe que os lotes que alienados a particulares deveriam voltar ao domínio da União, “para que as terras ocupadas pelo Parque não sofram soluções de continuidade prejudiciais aos seus objetivos”.⁵⁸

É que de acordo com a legislação então em vigor, parques nacionais eram de domínio público e qualquer propriedade particular em sua área deverá ser desapropriada. Este pressuposto estava, como visto, presente na legislação de 1934, e está ainda nos dias atuais⁵⁹:

Art. 12. Desde que reconheça a necessidade ou conveniência, de considerar floresta remanescente, nos termos deste código, qualquer floresta de propriedade privada, procederá o governo federal ou local, à sua desapropriação, salvo se o proprietário respectivo se obrigar, por si, seus herdeiros e sucessores, a mantê-la sob o regime legal correspondente. Código Florestal de 1934.⁶⁰

⁵⁸Brasil. Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia.

Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/itatiaia.pdf>. Acesso em: 24/09/2016.

⁵⁹Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em 15/12/2016.

⁶⁰ Brasil. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. *Op. cit.*

Assim, a questão fundiária foi motivo de conflitos e tentativas de desapropriações destas terras, que até hoje persistem nas propriedades privadas no PNI.⁶¹

Em seu livro *Parques Nacionais do Brasil*, Barros demonstra como deveriam ser os critérios para a criação de parques nacionais no Brasil. Afirma que o governo deveria reconhecer determinada região a ser protegida, demarcá-la e tomar conhecimento sobre a quem caberia tal propriedade, pois esta deveria passar, por compra ou desapropriação, para o poder público. Ainda sobre esta situação Barros expõe:

A presença de proprietários particulares cria situação dificilmente abordável, dada a ausência de harmonia entre o interesse do indivíduo ou o direito do dono e a finalidade da conservação, que tem o bem público transformado em parque nacional, isto é, o direito das coletividades.⁶²

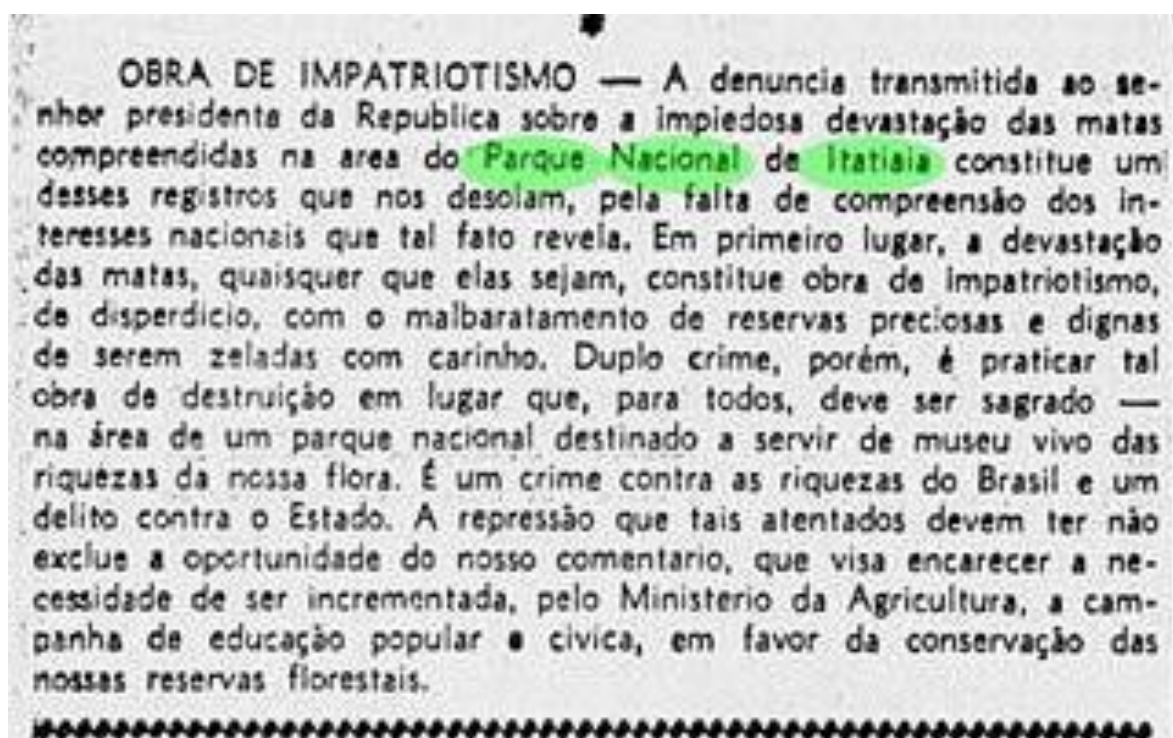
Durante todo o período em que permaneceu à frente do PNI, Barros teve de conviver com a presença de moradores dentro dos limites do parque. O mesmo ocorreu com a presença de hotéis. Porém, sua visão a respeito dos hotéis parecia não ser similar à que possuía sobre as pequenas propriedades. No mesmo livro, ao descrever as características do PNI, Barros aponta ter no seu interior quatro pequenos hotéis, que não seriam um problema, pois atenderiam aos que procuravam visitar a “notável região”.⁶³

⁶¹Atualmente, de acordo com o ICMBio, a regularização fundiária seria uma questão estratégica para a gestão e proteção dos parques nacionais, ao garantir a integridade destas áreas como unidade de conservação e patrimônio da sociedade brasileira. O PNI permaneceria com a área original de criação (11.943 hectares) até 1982, quando foi publicado o decreto Federal nº 87.586, o qual ampliaria a área do parque para 30.000 hectares. Dentro das áreas incorporadas a partir de 1982, existiam locais que já eram urbanizados e legalizados de acordo com leis municipais, abrangendo ainda populações tradicionais e colônias agrícolas, por exemplo. Desta forma, teriam surgido novos conflitos, pois, imóveis que antes estavam regulares, passaram a ser irregulares, de acordo com a legislação federal. Apesar deste cenário, nenhuma desapropriação ocorreu. Atualmente nos limites do PNI existem mais de duzentas residências e cinco hotéis, localizados em 1000 hectares, equivalentes a 3% do PNI que, sendo uma Unidade de Conservação, não estaria de acordo com a legislação ambiental vigente⁶¹. Sendo os parques nacionais incluídos na categoria de unidade de conservação de proteção integral, como visto no primeiro capítulo deste trabalho, seriam permitidos apenas o uso indireto de determinada área, o que incluiria moradias. Ou seja, as propriedades particulares existentes no PNI são irregulares, de acordo com a legislação federal vigente. Ver: PEREIRA, Ian Libardi. Conflito fundiário do Parque Nacional do Itatiaia. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, [ano 18, n. 3685, 3 ago. 2013](https://jus.com.br/artigos/25086). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25086>>. Acesso em 17 de janeiro de 2017.

⁶² BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques nacionais do Brasil. Op. Cit.* P. 26.

⁶³ *Ibidem*, p. 56.

No decorrer desta pesquisa, realizamos pesquisas nos jornais de época e encontramos diversas denúncias relacionadas a queimadas e devastação de matas em áreas limítrofes e dentro do Parque Nacional de Itatiaia. Isso ocorria desde antes da criação do Parque e continuou a ocorrer após sua criação. Como exposto em reportagem de 2 de outubro de 1940, o então diretor do Serviço Florestal, Francisco de Assis Iglesias, foi até o PNI buscando examinar a veracidade de notícias relacionadas a derrubadas de matas nas proximidades do parque. Além de ser um atentado contra o “patrimônio florístico”, as derrubadas também seriam um impedimento à incrementação do “reflorestamento racional”; outro objetivo que deveria ser desenvolvido por um parque nacional.⁶⁴ Denúncias como estas eram frequentes em diferentes jornais, ao longo dos anos investigados por esta pesquisa:



OBRA DE IMPATRIOTISMO — A denuncia transmitida ao senhor presidente da Republica sobre a impiedosa devastação das matas compreendidas na area do Parque Nacional de Itatiaia constitue um desses registros que nos desolam, pela falta de compreensão dos interesses nacionais que tal fato revela. Em primeiro lugar, a devastação das matas, quaisquer que elas sejam, constitue obra de Impatriotismo, de desperdicio, com o malbaratamento de reservas preciosas e dignas de serem zeladas com carinho. Duplo crime, porém, é praticar tal obra de destruição em lugar que, para todos, deve ser sagrado — na área de um parque nacional destinado a servir de museu vivo das riquezas da nossa flora. É um crime contra as riquezas do Brasil e um delito contra o Estado. A repressão que tais atentados devem ter não exclue a oportunidade do nosso comentario, que visa encarecer a necessidade de ser incrementada, pelo Ministerio da Agricultura, a campanha de educação popular e civica, em favor da conservação das nossas reservas florestais.

Jornal *A Noite*, 19 de outubro de 1940,
p. 2.

⁶⁴VÁRIAS notícias. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro. 2 de outubro de 1940.

No Parque de Itatiaia

Em todos os países civilizados, os parques nacionais são criados para a proteção do patrimônio florestal, recebendo dos governos cuidados especiais. São célebres, por exemplo, os parques norte-americanos, os quais, além da sua finalidade primordial, se transformaram, pela sua majestosa beleza, em grandes fontes de renda, mercê do avultado número de turistas que os procuram durante todos os meses do ano.

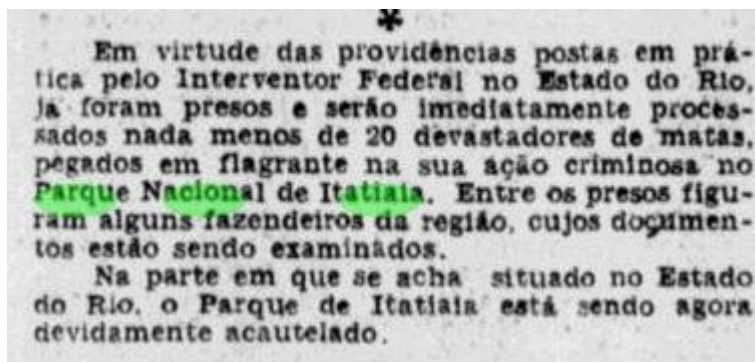
O Brasil resolveu seguir, há poucos anos, a orientação desses países, criando o seu primeiro parque, o Parque Nacional de Itatiaia; atualmente, mais dois grandes e sberbos parques se instalam, o da Serra dos Orgãos e o do Iguaçu, estudando o Ministério da Agricultura a organização de novos parques, nas regiões típicas do país.

Com o Parque Nacional de Itatiaia, porém, ocorre, neste momento, um fato doloroso: está ele localizado numa área de terras,

que era, primitivamente, um núcleo colonial organizado pelo governo. Alguns dos antigos lotes permanecem encravados no perímetro do Parque e um dos seus proprietários parece ignorar inteiramente as finalidades do Parque, pois comete, continuamente, depredações nas matas dos seus lotes, desfigurando a paisagem, invertendo a finalidade do Parque dentro dos seus limites!

Esse proprietário, segundo as notícias chegadas ao nosso conhecimento, teria adquirido um caminhão e contratado dez operários para a derrubada e produção de lenha, que é vendida em Rezende, sob a admiração dos seus habitantes, que não ignoram a sua origem e que supunham o Parque mantido pelo governo para constituir uma grande reserva florestal...

É preciso, pois, que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — que realiza obras dentro do Parque — e o Serviço Florestal, responsável pelo mesmo, ponham cõbro às atividades inexplicáveis do proprietário a que aludimos.



Jornal do Commercio, 30 de Outubro
de 1941.

Devido a toda esta problemática envolvendo as terras vizinhas ao PNI, além é claro dos próprios moradores existentes dentro do parque, Assis Iglesias, diretor do SF, sugeriu incorporar as terras adjacentes como florestas protetoras, que deveriam ser fiscalizadas pelo administrador do PNI. A sugestão de Iglesias foi exposta no *Jornal A Noite*, em outubro de 1940. Anos mais tarde, o decreto nº 22.287, de 16 de dezembro de 1946 efetivava o que Iglesias havia sugerido:

Art. 1º Fica declarada floresta protetora, de acordo com o art. 11, parágrafo único, do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, a compreendida na área entre a rodovia Rio Caxambú, do Registro até a Pedra do Itamonte, pela direita dessa estrada até as confinações com o Parque Nacional; do Registro até a estrada até as confinações com o Parque, à esquerda de quem demanda Rezende; a parte florestada compreendida entre a estrada para Mauá, incluindo toda a porção que, no vale do Rio Preto, estiver na cota máxima de 1.000 metros em volta da divisa do P.N.I a zona de remanescentes do Pinho do Paraná e do Pinheirinho, nas cabeceiras do rio Aiuruoca e do Capivari, na região

conhecida por Vargem Grande, Serra Negra e Morro Cavado em altitudes de 1.200 metros.

Art. 2º A área a que se refere o artigo anterior será determinada por levantamento topográfico a ser realizado pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e ficará sujeita não só ao regime especial estatuído pelo art. 8º do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal), como à guarda e fiscalização desse Serviço, por intermédio do Parque Nacional do Itatiaia.⁶⁵



Jornal *A Noite*, 21 de dezembro de 1946, p. 9.

Assim, a partir de 1946, as terras vizinhas ao PNI também foram classificadas como florestas protetoras, de acordo com a classificação vigente no Código Florestal de 1934. A fiscalização destas terras deveria ser feita pelo Serviço Florestal, com “intermédio” do Parque Nacional de Itatiaia. Ou seja, na prática, ficaria a cargo do administrador do PNI. A partir daquele momento, então, além dos 12.000 hectares do Parque, mais 60.000 hectares foram classificados como floresta protetora e também passariam a ser fiscalizados pela sua administração.⁶⁶ Apesar das terras vizinhas ao PNI terem tido esta classificação, ainda assim havia diferenças para a classificação das áreas em que estariam englobados os parques nacionais brasileiros. Como visto no primeiro capítulo, o Código de 1934 realizou a classificação de

⁶⁵ Brasil. Decreto nº 22.287, de 16 de dezembro de 1946. Declara protetora a floresta que indica.

⁶⁶ Relatório anual do Parque Nacional de Itatiaia. Acervo do Parque Nacional de Itatiaia, 1949. Este foi o único relatório anual encontrado em meio aos documentos analisados. O relatório dava conta das atividades realizadas durante o ano, bem como os objetivos a serem desempenhados pelo PNI no ano seguinte.

diferentes tipos de florestas. As florestas protetoras e remanescentes seriam inalienáveis, por serem consideradas de conservação perene e teriam sido demarcadas:

- a) para conservar o regime das águas;
- b) para evitar a erosão das terras sujeitas a esse fenômeno pela ação dos agentes naturais;
- c) para fixar dunas;
- d) para auxiliar a defesa das fronteiras de modo julgado mais conveniente pelas autoridades militares;
- e) para manter boas condições sanitárias;
- f) para proteger os sítios que por sua beleza natural mereçam ser conservados;
- g) para asilar espécimes raros da fauna indígena.⁶⁷

O código trazia, no entanto, “brechas”. Caso fosse vantajosa, modalidades de “aproveitamento econômico” dessas florestas seriam toleradas:

Parágrafo único-
Somente em caso de grande vantagem para a riqueza pública será permitido, a juízo do governo, e mediante concorrência, o aproveitamento econômico dos produtos dessa floresta, mas sempre com a obrigação do replantio e devendo ser atendidas também, a defesa e proteção das paisagens e belezas naturais.

Art. 17- Só serão permitidas a caça e a pesca nas florestas protetoras e nas remanescentes que não constituírem Parques Nacionais, com licença do governo e de acordo com as disposições regulamentares vigentes no momento.

(...)

⁶⁷ Brasil. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal.

Art. 31- As florestas protetoras e as remanescentes (estas quando não constituírem parques nacionais) podem ser objeto de exploração limitada, se da mesma exploração não advier prejuízo ao fim a que são destinadas.⁶⁸

Visto isto, percebemos que a área do PNI era inalienável, mas que as regiões adjacentes poderiam ser exploradas, dentro de algumas condições, e uma delas seria a autorização por partes de autoridades governamentais. Esta questão estava presente na administração de Duarte de Barros, que buscava fiscalizar as terras vizinhas ao parque, solicitando muitas vezes vistas da autorização necessária para atividades realizadas nas adjacências. É o caso deste ofício, requerendo esclarecimentos sobre a extração em curso de carvão e madeira nas cercanias do PNI:

Senhor Abel Vianna,
Palmital. –

De ordem do Excmo. Snr. Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, intimo-vos a comparecerdes à sede do Parque Nacional do Itatiaia, em Itatiaia, E.F.C.B., neste Estado do Rio de Janeiro, para prestar esclarecimentos e exibirdes documentos que possuíis para exercerdes atividade de extração de madeira e carvoaria, em matas enquadradas em definição do Código Floresta como protetoras, vizinhas do Parque Nacional do Itatiaia. –

Fica determinado o dia 18 do corrente às 13horas, para vossa apresentação. O vosso não comparecimento implicará em medidas enérgicas que se darão por intermédio de processo nos termos das disposições

⁶⁸ *Idem.*

infringidas segundo o Decreto 23.793, de 23/1/1934.”⁶⁹

Desta forma, ao trabalhar em prol da conservação do parque, Duarte de Barros buscava estabelecer medidas punitivas ou advertências a moradores e visitantes que desrespeitassem as normas do parque ou da legislação florestal. Como visto, Barros solicitava a presença de pessoas moradoras nas vizinhanças do parque para prestarem esclarecimentos sobre atos irregulares. Além disso, também recebia denúncias de outros moradores e instituições a respeito destas mesmas irregularidades. Exemplos disto são cartas escritas por fazendeiros da região próxima ao parque, denunciando incêndios:

1. Como deve ser do seu conhecimento, ultimamente vêm ocorrendo vários incêndios, que estão destruindo as matas nas regiões próximas ao **alto da Fazenda Penedo, junto às nascentes do rio Ribeirão das Pedras.**
2. Esta destruição de matas, como é natural, muito prejudica o volume de águas daquele Ribeirão, que na época das secas já vem se apresentando cada vez menor.
[...]
4. Para seu governo comunico-lhe que o último incêndio verificou-se nos dias 9, 10 e 11 deste mês.
5. Peço, portanto, enviar um funcionário responsável para verificar “in loco” as áreas incendiadas, tomando, a seguir, as providências necessárias, punindo os responsáveis por estes incêndios, que muito nos prejudica e é um sério perigo às propriedades, assim como um completo desestímulo ao replantio em novas áreas.
6. Na expectativa de suas prontas providências, ficaria grato se VV.SS. fizesse a especial

⁶⁹ Carta de Wanderbilt Duarte de Barros a Abel Vianna, solicitando que compareça ao PNI para prestar esclarecimentos. 13 de março de 1946.

fineza de informar-me, tão logo lhe seja possível, o resultado destas providências⁷⁰

Denúncias também eram expostas nos jornais, como esta a seguir:

Quinze milhões de cruzeiros para transformar em deserto as nossas florestas — Os “fazedores de deserto” mobilizados contra o patrimônio do Parque Nacional de Itatiaia — Flagrantes atentados contra os dispositivos do Código Florestal — Crítica a situação daquele parque, que é um dos mais belos do mundo — Num anúncio de jornal um convite à devastação — Se o governo não agir com energia estaremos diante de uma calamidade

O anúncio que se vê acima enquadrado num imponente aspecto da região das Agulhas Negras, no Parque Nacional de Itatiaia, saiu publicado num matutino de domingo último. Quando se organiza um corpo de guardas-florestais para a defesa exclusivamente do precioso patrimônio natural que encanta os olhos e protege os nossos já escassos mananciais; quando se estabelece em todo o país a vigência rigorosa de um Código Florestal, o anúncio em questão assume as proporções de um desafio à própria lei, sendo, como é na verdade, um ostensivo convite à devastação. Recortamo-lo e levando-o ao conhecimento das autoridades do Conselho Federal Florestal obtivemos sobre o assunto esclarecimentos dos mais edificantes. Autorizado pelo presidente daquele órgão, eis como nos falou a respeito o conselheiro Cunha Bayma, alto funcionário do Ministério da Agricultura e um dos mais acatados especialistas na matéria.

Referindo-se inicialmente ao anúncio e ao local que o mesmo coloca, comercialmente, à dis-



CARVÃO

Vende-se uma mina com 160 alqueires, á 12 quilômetros de Rezende (Agulhas Negras). Negócio para dar grandes lucros. Tratar com Carlos. 42-5011 ou 26-7443. (41135) 67

⁷⁰ Carta de um fazendeiro a Wanderbilt Duarte de Barros denunciando incêndio na região de Itatiaia. 21 de dezembro de 1955. Acervo do PNI. [grifos nossos].

Jornal *A Noite*, 05 de setembro de 1946, p. 17.



Como já exposto, essas denúncias eram frequentes e ocorriam antes mesmo da nomeação de Barros ao cargo de administrador do PNI. Tal situação permite-nos pensar até que ponto o enquadramento dessas áreas na classificação “florestas protetoras” permitiu que tais regiões fossem concretamente “conservadas”. De fato, existiram diversas infrações por moradores próximos ao PNI e não sabemos se estes recebiam punições por seus atos. Segundo Barros, o baixo número de funcionários seria um fator que dificultava a fiscalização na região, que possuía uma área bastante extensa.

A forma como Barros lidava com esta situação gerou inimizades com parte dos moradores da região. Neste período havia a Associação de Amigos de Itatiaia, uma espécie de associação de moradores criada em 1951. Esta associação apresentava objetivos similares ao do PNI, como os de trabalhar para a conservação da natureza na região, incentivar o turismo, constituindo fonte de informação aos visitantes e estudar e divulgar estudos de caráter científico sobre a região. Dizia agir em prol da região, sem qualquer ideologia política, buscando, porém, auxiliar o Governo. Ainda afirmava terem, muitos moradores e visitantes, incompatibilidade com o administrador do PNI, Duarte de Barros, por questões pessoais. Estas questões não foram expostas, mas podemos imaginar que tais problemas se relacionavam à fiscalização, por parte de Wanderbilt, daquela região, assim como pelo fato deste defender a cessão ao domínio público destas terras. Por vezes, solicitou ao Serviço Florestal que terras fossem desapropriadas devido ao mau uso por parte de seus donos:

Senhor Chefe:
Tendo verificado
pessoalmente grandes
derrubadas de matas nas abas

da Serra do Itatiaia, em pontos próximos à área do Parque Nacional do Itatiaia, com prejuízo evidente da paisagem regional e com o extermínio pelo fogo de elementos já raros de vegetais e animais, apresento-vos, nesta data, algumas sugestões em defesa da natureza local.

Tais sugestões têm fundamento em pedido de desapropriação de partes de algumas fazendas limítrofes nas partes mais elevadas da serra com este Parque Nacional. Atendem, também elas a entendimentos verbais e a recomendação do Senhor Diretor do Serviço Florestal, como é do vosso conhecimento.

Julgando que as medidas apontadas são imprescindíveis à existência dos princípios que determinaram a criação do nosso primeiro parque nacional, espero vê-las endossadas por essa Chefia no seu encaminhamento ao Senhor Diretor. [...] ⁷¹

Visto este cenário, observamos que um ponto considerado importante por Barros para promover o conservacionismo era o de fiscalizar a região, sobretudo protegendo-a de maus usos de moradores da região. Em relação a este ponto, podemos questionar o êxito da administração de Barros. A desapropriação das terras não ocorreu, assim como diversas denúncias de irregularidades continuaram a ocorrer ao longo dos anos. De fato, havia fiscalização, porém certamente esta não era suficiente devido à grande extensão da área a ser protegida de acordo com a legislação florestal do período.

6- O CAMPO PARA A PESQUISA CIENTÍFICA

⁷¹ Ofício de Wanderbilt Duarte de Barros ao diretor do Serviço Florestal solicitando desapropriação de terras próximas ao PNI. 17 de agosto de 1944.

Tendo como um dos ângulos fortes de sua atividade o estudo das ciências naturais, os parques nacionais do Brasil se constituem nos melhores campos de pesquisa e interpretação das condições da nossa natureza. Situados em regiões típicas, e colocado o ambiente em regime especial de total proteção, podem – e devem – encontrar-se nesses institutos culturais, estados permanentes, adequados, convenientes e precisos, para o planejamento e para o desenvolvimento de diferentes atividades científicas relacionadas com o interesse por tais modalidades técnicas de trabalho.

Todas as tarefas que se prendam ao vasto campo da geografia ao qual, de modo preciso, se vinculam a zoologia, a geologia, botânica, topografia, pedologia, climatologia, a hidrografia – quer como unidades independentes, quer como órgãos funcionais interrelacionados e, como tal, dispostos no terreno da ecologia, - podem realizar-se em constante prolongamento. E, tanto nos limites das mais exigentes especializações de qualquer ramo, por exemplo, o da zoologia [...] há condição assegurada para prosseguimentos uma vez que a natureza nos parques nacionais é resguardada e conservada. Daí a importância que atribuímos aos parques nacionais como fontes de estudos do meio. E aí também reside o valor que devem ter os parques nacionais do Brasil de começo, em primeiro fundamento, como órgão de conservação, decorrendo os estudos apontados como sequência do mais novo ramo ecológico, que é, como o

querem alguns biogeógrafos – o conservacionismo [...] Particularizemos, entretanto, na ordem das considerações acima, o papel dos estudos fitológicos para os enquadrarmos na pauta dos temas do âmbito do parque nacional brasileiro.

Compreendemos que o estudo botânico a ser realizado no parque nacional, ao lado do seu valor puramente científico deve ser considerado também no que de significativo possa oferecer como contribuição de valor econômico. Assim, o que se fizer objetivando coletas de material para herbários, servindo ao mesmo tempo para completo levantamento fitogeográfico, **não deve ficar isolado da consideração do elemento vegetal para a silvicultura, para a medicina, para a defesa do solo, para a preservação da vida animal selvagem.**

Disso depreendemos que a tarefa deve necessariamente ter como base o princípio ecológico: os indivíduos em sua função específica e nas suas relações de sociedade, de habitat, de aplicabilidade à comunidade *in natura de utilidade para o homem*. [...].⁷²

O texto acima, escrito por Wanderbilt Duarte de Barros, demonstra algumas faces da pesquisa científica no PNI. Barros abordava os parques nacionais brasileiros em geral, o que abrangia o PNI. O parque nacional seria o local propício para o campo de atuação de diversas disciplinas e de modo a também contribuir economicamente para o país, através de pesquisas voltadas para experimentos de qualidades de madeiras, por exemplo, e que poderiam ser comercializadas, trazendo “lucro ao governo”.

⁷² BARROS, Wanderbilt Duarte de. Estudos botânicos nos parques nacionais brasileiros. *Arquivos do Serviço Florestal*, 1954, p. 237-243. [grifos nossos].

Ao analisar publicações como os *Relatórios do Ministério da Agricultura, Arquivos do Serviço Florestal e Rodriguésia*⁷³ foi possível mapear atividades científicas feitas durante o período analisado. Em 1940, o relatório do Ministério da Agricultura apontou que estavam sendo feitos esforços nos serviços de conservação e enriquecimento de materiais destinados aos estudos científicos e mostruários que seriam organizados futuramente no “novo edifício da sede”. Os ditos materiais, que seriam ricos pela sua raridade e interesse de caráter científico, seriam representados pela botânica, “notadamente” a carpologia⁷⁴ e pela zoologia, especialmente a entomologia. Os planos para trabalhos de botânica neste ano compreendiam coleta de material botânico, herbário⁷⁵, carpoteca⁷⁶, lenha e madeiras; observações da vegetação local; realização de prospecção, onde se destacavam o estudo de árvores grandes de utilidade para a silvicultura e reflorestamento; observações da influência da altitude sobre o habitat vegetal; dispersão vertical e horizontal dos indivíduos; experimento sob o ponto de vista da silvicultura, com plantas nativas do parque.⁷⁷ Já em 1942, realizaram-se excursões para estudo na região, o que teria ocasionado a incorporação de novas espécies ao seu herbário. Foram feitas também observações fenológicas⁷⁸ e estudos entomológicos. Além, disto, a administração teria preparado 65 amostras de madeira com o objetivo de “identificação anatômica”.⁷⁹ Alexander Curte Brade, à época

⁷³ Foram pesquisados documentos referentes a todo o período estudado. Porém, estes documentos não apresentaram informações contínuas acerca do que vinha sendo pesquisado no Parque Nacional de Itatiaia.

⁷⁴ “Parte da botânica que trata dos frutos.” Fonte: Dicionário Michaelis, Editora Melhoramentos. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=carpologia>. Acesso em 14 de maio de 2017.

⁷⁵ Herbário diz respeito a uma coleção científica de plantas secas e tem fundamental importância como material de pesquisa para todas as áreas da ciência que utilizam os vegetais em seus estudos. Disponível em: <http://www.plantarum.org.br/pesquisa/herbario/>. Acesso em 14 de maio de 2017.

⁷⁶ “As carpotecas são coleções cientificamente identificadas, além de catalogadas e organizadas de maneira simples, mas sistemáticas”. Fonte: Jardim Botânico Plantarum.

Disponível em: <http://www.plantarum.org.br/pesquisa/carpoteca/>. Acesso em 14 de maio de 2017.

⁷⁷ Brasil. *Relatório do Ministério da Agricultura*, 1940, p. 431.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de junho de 2017.

⁷⁸ “A fenologia [...] representa o estudo de como a planta se desenvolve ao longo de suas diferentes fases: germinação, emergência, crescimento e desenvolvimento vegetativo, florescimento, frutificação, formação das sementes e maturação.” Fonte: Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-deacucar/arvore/CONTAG01_68_22122006154840.html. Acesso em 14 de maio de 2017.

⁷⁹ Brasil. *Relatório do Ministério da Agricultura*, 1942, p. 174.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0030&pasta=ano%20194&pesq=Parque%20Nacional%20de%20Itatiaia>. Acesso em 30 de junho de 2017.

biologista do Serviço Florestal⁸⁰, ainda em 1942, excursionou pela área do PNI, colhendo “material botânico” para estudos e posterior incorporação ao herbário do parque. Foram colhidas 215 espécies, que seriam distribuídas por 36 famílias diferentes, além de outras 93, em sua maioria, *Orquidáceas*.⁸¹ Informações encontradas nos *Arquivos do Serviço Florestal* também nos dão conta sobre pesquisas feitas na região do Parque Nacional de Itatiaia. O volume de novembro de 1943, por exemplo, demonstra pesquisas feitas por F. R. Milanez e E. Meira, sobre a espécie *Triuris alata* Brade, que havia sido descoberta anteriormente por Curte Brade⁸², em Itatiaia. Todo o material teria sido colhido no Parque Nacional de Itatiaia, em duas épocas diferentes: a primeira, em março de 1942, por Brade, e a segunda em janeiro de 1943, por Jocelino José Sampaio⁸³.

No periódico *Rodriguésia*, podemos observar o relatório do naturalista Paulo Occhioni, do Serviço Florestal, resultado de excursão à Serra do Itatiaia, realizada em março de 1947. A excursão se deu devido à necessidade de pesquisar espécies das famílias Canellacea e Iridacea (fornecedoras de madeiras) em seu habitat natural. O naturalista afirmou não haver no PNI estufa ou forno para a preparação do material de herbário e por isso fora improvisado um forno rústico, cuja fonte de calor era a lenha. Em certo dia do trabalho, um incêndio teria surpreendido o pesquisador, o que ocasionou a inutilização de 15 pares de prensa e o respectivo “papel chupão”. Apesar da perda com o incêndio, o estudo teria permitido a incorporação de um bom número de espécies pela primeira vez no herbário do pesquisador. Outras espécies sequer haviam sido notificadas na flora do Itatiaia. Ao todo foram colhidas 32 espécies de madeiras e estudadas 65 famílias e 201 espécies. Foram levadas com o pesquisador para a sua instituição de origem as 32 espécies de madeira e mais 36 espécies herborizadas.⁸⁴

⁸⁰ Foram pesquisadas maiores informações acerca das atribuições dos cargos de biologista do Serviço Florestal. Porém, não encontramos quaisquer descrições adicionais, a não ser as funções atuais para o cargo, que seria: “Faz procedimentos técnicos de análises clínicas em materiais biológicos, verifica a adequação do material coletado, solicita novas amostras quando necessário. Analisa consistência dos resultados dos exames e providencia a sua validação e liberação em sistema.” Fonte: Guia de Profissões e Salários. Disponível em: <http://www.catho.com.br/profissoes/biologista/>. Acesso em 15 de Maio de 2017.

⁸¹ Brasil. *Relatórios do Ministério da Agricultura*, 1942, p. 431.

⁸² Biologista, de acordo com classificação do Serviço Florestal. Informação retirado do Decreto nº 11.246, de 6 de Janeiro de 1943.

⁸³ Trabalhador V, de acordo com classificação do Serviço Florestal (não foram encontradas maiores informações sobre esta categoria de trabalho.) Informação retirada do Decreto n. 7.782 – de 3 de setembro de 1941.

⁸⁴ *Rodriguésia*, Ano X, nº 21, dezembro de 1947, p. 121.

Um importante instrumento utilizado para a divulgação do conhecimento produzido nos limites do PNI foi o *Boletim do Parque Nacional de Itatiaia*. Este boletim, criado em 1949 pela administração de Wanderbilt Duarte de Barros, instituiu uma série de impressos com o objetivo de divulgar os trabalhos técnicos referentes à região do Parque Nacional de Itatiaia⁸⁵. Cientistas brasileiros e estrangeiros, sendo eles pesquisadores do próprio parque ou de outras instituições contribuíram para as seis edições publicadas durante a administração de Barros. Estes boletins não tinham uma periodicidade definida e diversos estudos foram publicados. Barros era o autor do prefácio dos boletins. Na primeira edição, afirma que a sua criação seria o início da execução de mais uma das importantes atribuições do PNI: “publicar o resultado dos trabalhos realizados em qualquer um dos setores que envolvem sua multiforme finalidade⁸⁶” e, além disso, com os boletins, o Serviço Florestal teria a “oportunidade de demonstrar que o estudo da natureza – fator nuclear da criação e manutenção do Parque Nacional do Itatiaia – torna-se efetivo embora sejam de limites próximos as possibilidades humanas e materiais da instituição”⁸⁷.

Um estudo de José Francisco Zikán inaugurou o primeiro boletim, que trazia 259 páginas. Zikán foi um entomologista naturalista do PNI, responsável por diversos outros estudos na região. De nacionalidade tcheca, Zikán realizava estudos na região de Itatiaia mesmo antes da criação do parque. Na Estação Biológica iniciou seus trabalhos em 1933, como auxiliar técnico, passando depois para naturalista auxiliar e, posteriormente, naturalista do PNI. Era especialista em estudos de borboletas, criando e cruzando diversas espécies. Colecionou e estudou insetos por mais de 25 anos e elaborou um catálogo sobre a inseto-fauna do Itatiaia e Mantiqueira com mais de 900 espécies.⁸⁸ Nesta edição do Boletim, foi publicado o estudo de Zikán sobre a espécie *Mischocyttarus saussure*. Sobre Zikán, Wanderbilt afirma ser o seu estudo apreciável:

quer como contribuição nova,
que aduz conclusões de alto
interesse ecológico ao
conhecimento de um dos mais

⁸⁵ Não foram encontradas maiores informações sobre tiragem, modos como eram realizadas estas pesquisas, instituições que recebiam a publicação, etc.

⁸⁶ Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, 1949, v.1. p. 5. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ CIENTISTAS estrangeiros que trabalham no Brasil.– J. F.Zikan. *Ciência para Todos*. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1948.

importantes grupos da Entomologia, quer como resultado de observações contínuas, demoradas, apoiadas em opulenta documentação, que lhe serve de base. O autor se dedicou durante décadas a pacientes e profícuas fainas de metódica exploração no mundo dos insetos tornando-se, por isso, senhor de uma das mais importantes coleções regionais e conseguindo notabilizar-se como o maior conhecedor da entomofauna da Mantiqueira, particularmente do Itatiaia.⁸⁹

Já em 1950 foram publicados dois boletins. O primeiro deles editou o *Estudo dendrológico de essências florestais do Parque Nacional do Itatiaia e os caracteres anatômicos de seus lenhos*, de 149 páginas, promovido por Eduardo Cunha Mello, agrônomo do Serviço Florestal. Este estudo trata-se de uma análise utilitária do uso de distintas espécies de madeira encontradas no PNI. No prefácio do boletim, Wanderbilt esclarece sobre o que se trata o trabalho: o estudo de espécies vegetais de um ponto de vista “tecnológico”, com o objetivo de fornecer o conhecimento sobre o caráter e a constituição dos elementos arbóreos existentes no Parque Nacional de Itatiaia. Segundo Barros, o estudo teria sido realizado devido aos “atuais conhecimentos da tecnologia das madeiras” e seria uma contribuição ao “ritmo” de trabalho do PNI.

O estudo tratava da aplicação das pesquisas da silvicultura à indústria madeireira. Consistiam, então, em pesquisas utilitárias que seriam “postas em prática” e “auxiliariam” a sociedade em geral. As pesquisas voltadas para fins utilitários, como visto, também faziam parte da rotina de estudos realizados no PNI. Esta modalidade demonstra, mais uma vez, uma forma de exploração da natureza. Havia, no período, diversos estudos de dendrologia e silvicultura no PNI. Diversos exemplos, além do próprio Boletim, podiam ser encontrados em periódicos de divulgação científica, como a *Rodriguésia*, que, por diversas vezes, retratava determinada espécie, apresentando suas utilidades e o local onde poderia ser encontrada. Na edição de dezembro de 1954, por exemplo, é citada determinada espécie, que poderia servir para o fornecimento de

⁸⁹ Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, *op.cit.* 1949. p. 4.

“madeira pardacenta de uso em carpintaria e obras internas”⁹⁰. Esta espécie, segundo a edição, seria encontrada:

Distribuição Geográfica: Est. do Rio de Janeiro, Parque Nacional de Itatiaia, Lote Almirante, cerca de 100 msm, W. D. de Barros 68. (...)

Paraná (Serra de Antonina); Est. do Rio de Janeiro (Serra dos Órgãos).⁹¹

Ainda em 1950 foi publicado o estudo *Aves do Itatiaia*, contendo 89 páginas, de Olivério Mário de Oliveira Pinto, diretor do departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. O estudo feito por Olivério Pinto havia sido solicitado pelo próprio Wanderbilt cerca de cinco anos antes da publicação e tratava-se de estudos de diversas espécies de aves existentes em Itatiaia.⁹²

Já em 1955, após um intervalo de cinco anos sem publicações, foi lançado o estudo *Contribuições para Flora do Itatiaia*, do sueco Per Karl Hjalmar Dusen. Esta edição constituiu-se da tradução de uma publicação editada no *Arkiv for Botanic* da Real Academia da Suécia, o que seria resultado da estadia de Dusen no PNI muitos anos antes. O próprio Wanderbilt solicitou a tradução à Real Academia, por acreditar, segundo ele, que o trabalho de Dusen permanecia praticamente inacessível. Dusen foi um dos muitos naturalistas estrangeiros a estudar a região de Itatiaia mesmo antes de esta tornar-se parque nacional. Esteve na região nos anos de 1902 e 1904⁹³.

Em 1956, foi publicado o boletim de número 5: *A Flora do Parque Nacional*, um estudo do botânico alemão Alexander Curt Brade. O estudo também foi solicitado por Wanderbilt, que buscava um trabalho sobre a natureza botânica da região de Itatiaia, sobretudo do PNI. Segundo Duarte de Barros, Brade teria a primazia na sistematização

⁹⁰ Rodriguésia, anos XVI e XVII, n 28 e 29, dezembro de 1954. P. 287.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² Informações retiradas da referida publicação do Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, 1950. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

⁹³ Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, 1955, v.4. p. 5. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/o-que-fazemos/pesquisa/boletins.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

da pesquisa fitológica da área e com a publicação deste número do boletim estaria certo de estar “cobrindo uma lacuna”:

lançamo-lo das mãos de um homem que conhece a profundidade da natureza itatiaense para a perceptividade de quanto desejem sentir e compreender o valor de instituições, como a que dirijo, no sentido integral de sua vida: estudo, documentário, educação, divulgação. Este boletim é o passo da caminhada que empreendemos: o administrador e administração do Parque Nacional de Itatiaia procurando dar, a todos, o sentido da atividade de órgão complexo como o é um parque nacional, parte da obra de Conservação dos Recursos Naturais que o Brasil deve expandir sempre, constante e energicamente, por todo o sempre.

O Boletim número 6 foi publicado em janeiro 1957 e dele constava o estudo *A Fauna do Parque Nacional do Itatiaia*, do zoologista e entomólogo Rudolf Barth. Neste número, Wanderbilt demonstra seu interesse em manter uma continuidade dos boletins, afirmando ter contatado naturalistas e estudiosos como Curt Brade, Bertha Lutz, Olivério Pinto, o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber, dentre outros, para que pudessem visitar a região, “explorá-la” e assim escrever trabalhos para serem lançados nos boletins seguintes. A saber, este seria o último boletim publicado durante a administração de Barros. Em fevereiro de 1957, Barros deixaria a administração do PNI para assumir o Departamento Nacional de Produção Vegetal. Após sua saída, haveria uma nova publicação em 1959/60, outra em 1965 e, logo a seguir, ocorre uma longa interrupção da publicação deste boletim, que só voltou a ser editado em 1999.

No período analisado, observava-se a tentativa por parte da administração de Wanderbilt Duarte de Barros de estabelecer uma espécie de cooperação entre distintas instituições, como foi o caso do Museu Nacional. Diversas informações, cientistas,

obras científicas e até mesmo espécies vegetais e animais faziam parte de intercâmbios entre instituições.

O Boletim de Pesquisa criado por sua administração acabou por ser também um objeto de permuta que possibilitou a Barros adquirir obras intelectuais de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Na sua sexta edição, por exemplo, Barros afirma que o exemplar chegaria a mais de 300 universidades e estabelecimentos científicos e técnicos, não só do Brasil, mas de todo o mundo; instituições essas com as quais ele mantinha contato e promovia intercâmbio científico, recebendo no PNI diversos estudos oriundos destes demais espaços de ciência. Um exemplo deste intercâmbio e cooperação entre instituições pode ser demonstrado em um documento administrativo encontrado na sede do PNI. Neste ofício, o zoológico Helmut Sick, da Fundação Brasil Central⁹⁴, escreve a Wanderbilt solicitando uma espécie de ave encontrada no Alto Itatiaia.

Ao observar o documento, podemos perceber que, além da solicitação do envio da espécie que o pesquisador desejava estudar, o Boletim do PNI era recebido por outras instituições, consolidando redes entre instituições distintas. A propósito, dois dias após o ofício de Helmut Sick, o diretor do Museu Nacional, José Candido Melo de Carvalho, envia outro ofício a Wanderbilt sobre o mesmo assunto:

Senhor Diretor,
Solicito a Vossa Senhoria o
obséquio de ceder ao Museu
Nacional 2 exemplares do
bacurau *Thermochalcis*
longirostris (Bonaparte)
colecionados recentemente na
área do Parque Nacional de
Itatiaia, por sugestão do Dr.
Helmut Sick, naturalista da
Fundação Brasil Central e
colaborador do Museu
Nacional.
2. Por se tratar de espécie de
grande interesse para nossa
coleção, que é nacional, estou
certo que Vossa Senhoria nos

⁹⁴ A Fundação Brasil Central foi um órgão, criado em 1943, com o objetivo de "desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental", região alvo da "Marcha para Oeste", programa de colonização e ocupação de fronteiras impulsionado pelo então presidente Getúlio Vargas nos primeiros anos do Estado Novo. Ver: MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. DADOS– *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.53, n 3, 2010, pp. 621-655.

cederá os exemplos mencionados. [...]⁹⁵

Não sabemos ao certo a resposta de Barros, porém, tal prática era comum, e provavelmente a espécie foi cedida ao Museu Nacional, instituição que possuía relações estreitas com o PNI, visto correspondências e telegramas, trocados entre estas instituições. Em outro ofício de 08 de março de 1956, o diretor do Museu Nacional solicitou a Wanderbilt Duarte de Barros que Alfredo Rei do Rego Barros, entomólogo desta instituição, fosse enquadrado junto ao pessoal administrativo do PNI, para que este pudesse desenvolver pesquisas no parque, uma semana a cada mês.⁹⁶ Já em 27 de abril de 1956, Wanderbilt enviou um ofício ao diretor do MNRJ, respondendo ao documento enviado sobre estudos entomológicos, citado anteriormente. Barros afirmou ao diretor que teria recebido o ofício e reafirmava o que já teria expressado em ocasiões anteriores sobre a “necessária colaboração entre este e outros órgãos de estudos de Ciências Naturais”. Barros afirmou que o PNI colaboraria, dentro de suas possibilidades, “com quantas instituições desejem servir-se, servindo-o também”.⁹⁷ Em tais palavras, podemos observar a tentativa de cooperação e intercâmbio de materiais, pessoas, serviços, pesquisas e trabalhos intelectuais entre instituições.

Algumas livrarias e instituições solicitavam as edições do boletim, como a Livraria J. Leite, que, em 20 de março de 1956, solicitou a assinatura do Boletim a partir do número 3, que deveria ser, inclusive, enviado para um endereço nos Estados Unidos. Foi exposto que a dita livraria teria procurado informações sobre assinaturas no Serviço Florestal, porém, nada souberam informar sobre o assunto. Tal informação nos permite supor que a criação e edição dos boletins teria sido uma iniciativa do próprio Wanderbilt Duarte de Barros, não sendo uma responsabilidade do Serviço Florestal.

Por vezes, Barros ainda recebia no PNI grupos de estudantes de distintas universidades, interessados em explorar a região, produzindo diversos estudos em grupo. Geralmente estes estudantes vinham ao parque acompanhados por um professor responsável, que geralmente enviava anteriormente uma correspondência, solicitando a

⁹⁵ Ofício do diretor do Museu Nacional a Wanderbilt Duarte de Barros solicitando ceder material para o Museu Nacional. 03 de fevereiro de 1956. Acervo do PNI.

⁹⁶ Ofício do diretor do Museu Nacional a Wanderbilt Duarte de Barros solicitando que Alfredo Rei do Rego Barros, entomólogo desta instituição, fosse enquadrado junto ao pessoal administrativo do PNI, para que este pudesse desenvolver pesquisas no parque. 08 de março de 1956. Acervo do PNI.

⁹⁷ Ofício de Wanderbilt Duarte de Barros respondendo a pedido do Diretor do Museu Nacional, 27 de abril de 1956. Acervo do PNI.

permanência no PNI. Instituições como a PUC-SP, USP, UFRRJ, UFRJ, Colégio Pedro II, dentre outras promoviam tais atividades no parque. Como exemplo disto, podemos citar uma correspondência de Francisco Regis José Monteiro, presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, solicitando a reserva do Abrigo Rebouças para o período de 11 a 18 de fevereiro de 1955 para uma viagem de “caráter artístico-cultural” de alunos da Escola Nacional de Belas Artes. O PNI teria sido escolhido por unanimidade pelos alunos, devido ao “exotismo de suas paisagens”. Os alunos permaneceriam no parque por sete dias. Outro exemplo é a solicitação de Antonio Carneiro Leão, diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a Wanderbilt Duarte de Barros, solicitando “facilidades” para um grupo de 20 alunos do curso de História Natural da referida instituição, que permaneceriam no PNI no período de 19 a 28 de fevereiro de 1956. Já em 20 de fevereiro de 1956, foi enviado a Barros ofício do diretor do Colégio Pedro II agradecendo, em nome do colégio, a atenção dispensada pela administração do PNI a grupo de alunos, acompanhados de dois professores, que foram até o parque buscando realizar trabalho de campo do ensino de geografia.

A pesquisa científica consolidou-se, ao longo dos anos e até mesmo antes da criação do PNI, como um elemento identitário de Itatiaia, que “cumpriu”, neste aspecto, o papel de ambiente propiciador de múltiplos estudos, que visavam a descoberta de novas espécies, animais e vegetais, assim como de análise comportamental de tantas outras já identificadas. Outras atividades também foram realizadas, como a coleta de materiais para herbários, aclimatação de espécies, experimentos, sobretudo em espécies de madeiras, como já vimos, com objetivos de cunho econômico, em áreas como a zoologia, botânica, geologia, climatologia e silvicultura.

O período que buscamos analisar, correspondente à administração de Wanderbilt Duarte de Barros, foi importante para a consolidação e permanência desta atividade na região. A partir de sua administração, no entanto, esta atividade passou a ser melhor definida: seja a partir da criação de espaços voltados para seu desenvolvimento, como o Museu criado para exposições de trabalhos feitos no e sobre o PNI; seja a partir da criação do *Boletim do Parque Nacional de Itatiaia*, que permitiu a divulgação não só de estudos relacionados ao PNI, mas também por divulgar, a diversas instituições, o papel e o trabalho que estavam sendo desenvolvidos pelo primeiro parque nacional brasileiro. Além disso, havia a preocupação por parte de Barros em criar espaços que

possibilitassem a presença de diversos estudiosos das mais distintas áreas no PNI, como abrigos e até mesmo a biblioteca do parque, que Barros buscou equipar com inúmeras obras: muitas delas conquistadas através da permuta com o Boletim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Além de ser um espaço voltado à proteção da natureza, o Parque Nacional de Itatiaia deveria ser um instrumento promotor de práticas científicas e turísticas; objetivos estes que foram determinantes para a escolha da região de Itatiaia como o primeiro parque nacional brasileiro. Ou seja, o fato de já existir uma Estação Biológica vinculada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a localização estratégica - próxima ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – eram vistos como elementos propícios a receber elevado número de turistas.

Ao analisarmos os anos iniciais de funcionamento do PNI, verificamos que os objetivos propostos a esta instituição no momento de sua criação foram de fato postos em prática. A pesquisa científica aliada ao turismo foram as duas principais atividades promovidas no período analisado. Para isto, foram desenvolvidas estruturas materiais e outras ações administrativas que buscavam estimular tais práticas. Nesse sentido, procuramos destacar a atuação de Wanderbilt Duarte de Barros, o primeiro administrador efetivo do PNI. Sua gestão consolidou-se como intermediária entre o parque e o Serviço Florestal, órgão responsável pela fiscalização dos parques nacionais brasileiros. Com este órgão, Barros dialogava constantemente, solicitando verbas, mão de obra e materiais necessários ao andamento do funcionamento do PNI. Deste órgão também vinham determinações que deveriam ser cumpridas por Barros. Foi possível acompanhar este intercâmbio de informações, ordens e solicitações ao analisarmos documentos administrativos encontrados na sede do PNI, já mencionados e descritos anteriormente. Podemos pensar a atuação de Barros enquanto uma das engrenagens do PNI: um agente que recebia instruções e as colocava em prática. Através da administração de Wanderbilt Duarte de Barros, o Parque Nacional de Itatiaia iniciou, então, atividades mais bem definidas enquanto uma instituição voltada à conservação da natureza.

Em fevereiro de 1957, como sabemos, Wanderbilt Duarte de Barros encerrava sua passagem pelo PNI. Foram quase 14 anos à frente daquela instituição. Até os dias atuais foi o administrador que mais tempo permaneceu no cargo. A experiência adquirida ao longo de sua trajetória enquanto administrador do Parque Nacional de Itatiaia lhe conferiu visibilidade, assim como possibilitou o estabelecimento de relações em meios científicos e políticos, que, inclusive, o levaram a deixar o parque e assumir outro cargo, também na burocracia estatal, mas, desta vez, na Capital Federal. Os

trabalhos desempenhados por Barros no PNI, tanto administrativos como intelectuais, foram importantes para a construção de uma memória deste personagem naquela instituição. Não por acaso, a rua que dá acesso ao parque tem o seu nome, assim como o centro de visitantes. Dentre os funcionários atuais, seu nome ainda é conhecido e lembrado. Em ocasiões festivas, palestras, saraus, Barros é sempre citado, e, em fevereiro de 2016, por exemplo, o PNI promoveu um evento em homenagem ao centenário de seu nascimento, quando foi contada a sua história e sua trajetória profissional.

Com o Parque, a ciência continuou a ser uma atividade praticada na região de Itatiaia e, com este objetivo, foram desenvolvidas diversas estruturas físicas, como museu, herbários, alojamentos para pesquisadores etc, o que demonstra que esta era uma atividade que a administração do PNI buscava estimular. Neste sentido, a criação do *Boletim do Parque Nacional de Itatiaia*, em 1949, foi um instrumento que evidenciou a tentativa de ampliar a realização e divulgação de trabalhos feitos no/sobre o PNI. Em relação às pesquisas que eram feitas, podemos concluir que estas, por diversas vezes, possuíam um cunho utilitário, tendo em vista experimentos que eram feitos em diversas espécies, com objetivos econômicos. Isto nos permite expor uma das múltiplas faces das atividades que eram promovidas pelo PNI. Apesar de, teoricamente, esta ser uma instituição voltada a garantir que uma área natural, com características faunísticas e florísticas peculiares, se mantivesse “intocada”, a própria atividade científica se consolidou, dentre outros fatores, como uma forma de exploração daquela natureza. Entretanto, devemos levar em consideração que, naquele momento, este procedimento não era questionado ou tratado como uma contradição. Assim, um visitante do PNI seria provavelmente multado caso fosse flagrado arrancando uma folha de alguma árvore, porém, caso um naturalista derrubasse toda uma árvore para experimentos, essa seria uma atividade tolerada de acordo com a dinâmica do parque.

FONTES DOCUMENTAIS

Boletim do Parque Nacional de Itatiaia, 1949 – 1955.

Brasil. Decreto Nº 1.713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia.

Brasil. Decreto nº 22.287, de 16 de dezembro de 1946. Declara protetora a floresta que indica.

Brasil. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal.

Brasil. Decreto nº 337 de 16 de março de 1938 – Organiza o Parque Nacional de Itatiaia.

Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Brasil. *Relatório do Ministério da Agricultura*, 1940 – 1952.

Jornal *A Manhã*, 1945 - 1957.

Jornal *A Noite*, 1940 - 1957.

Jornal *Ciência para Todos*, 1948.

Jornal *Correio da Manhã*, 1940-1957.

Jornal *do Brasil*, 1938- 1942.

Jornal *do Commercio*, 1940-1941.

Jornal *Gazeta de Notícias*, 1944.

Revista da Semana, 1953.

Rodriguésia, 1940-1957.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Wanderbilt Duarte de. *A erosão no Brasil*. Ministério da Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação, 1956. P. 13.

BARROS, Wanderbilt Duarte de. Estudos botânicos nos parques nacionais brasileiros. *Arquivos do Serviço Florestal*, 1954, p. 237-243.

BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parque nacional do Itatiaia*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955.

BARROS, Wanderbilt Duarte de. *Parques Nacionais do Brasil*. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1952, p. 38.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. A Estação Biológica de Itatiaia e a criação do primeiro parque nacional brasileiro (1914-1937). Anais eletrônicos 3ª Jornada de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2015.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011. 121f;

CORREA, Marcos Sá. *Itatiaia- O caminho das pedras*. São Paulo: Metalivros, 2003.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*, Niterói: EDUFF, 1997.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, 2009, vol. 17, n. 1.

FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: The Creation of the Iguazu National Park in Southern Brazil, 1880-1940. *Revista de História Iberoamericana*, 2014, vol. 7, n.2

MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *DADOS– Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.53, n 3, 2010, pp. 621-655.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa Oliveira; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *Ensino Agrícola na Primeira República: O currículo prescrito para o Patronato Agrícola Manuel Barata – Belém/PA*. VI EDUCERE, Congresso Nacional de Educação PUCPR-PRAXIS, 2006.

PEREIRA, Israel Marinho. *Histórico, conceitos e importância da dendrologia*. UFVJM. Laboratório de Dendrologia e Ecologia Florestal – LDEF.). Disponível em: <http://docplayer.com.br/10947693-Dendrologia-historico-conceitos-e-importancia-da-dendrologia.html>. Acesso em 15/01/2017.

SANTOS, Rosely Ferreira dos. Mapeamentos Temáticos: vegetação, uso e ocupação da terra. In: SANTOS, Angelo A. (editor). Cadernos para o desenvolvimento sustentável. Cadernos FBDS, 2000.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

URBAN, Teresa. *Saudade do Matão*: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Ed. UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998.